

EM ARMAS O POVO DO EGITO PARA A DEFESA DE SUA INDEPENDENCIA

FORTALECER A UNIDADE JÁ EXISTENTE

O PROJETO DE RESOLUÇÃO do C. C. do P. C. B., ora em discussão pelos comunistas e outros patriotas assinala que, «apesar dos êxitos alcançados, a unidade das forças que almejam a democracia e o progresso do Brasil tem sido insuficiente para impedir certos golpes contra o movimento democrático e patriótico e para obter novas e mais efetivas mudanças de caráter democrático e progressista na política interna e externa do país».

O PRÓPRIO DEBATE, amplo e livre, que se está travando em torno dos problemas formulados neste documento, será, certamente, um meio para se acelerar tal processo de unificação das forças democráticas e progressistas. A experiência de êxitos e também de erros acumulada em todos esses anos por cada um dos militantes comunistas, a análise de situações concretas no país e nas diversas regiões, o cotejo de opiniões, tudo isto permitirá que se chegue a uma atuação cada vez mais justa e unitária, efetivamente capaz de ajudar o nosso povo a dar novos passos à frente no sentido da democracia, do progresso e da independência nacional.

MAS, enquanto prossegue este debate necessário e do qual todos devem participar com seus conhecimentos e experiência, torna-se imprescindível uma atuação política sempre mais vasta e intensa de parte dos comunistas e demais setores patrióticos e progressistas. Esta atividade política é, por si mesma, a condição essencial para que as próprias discussões se baseiem cada vez mais nos dados concretos da experiência das massas.

SEM DÚVIDA, subsiste uma série de questões de natureza tática e programática sobre as quais não há ainda clareza — questões de importância fundamental para uma atuação política mais justa e dinâmica. Entretanto, a vida coloca diariamente diante de todos nós problemas que reclamam a atuação imediata da classe operária e das massas. Em face deles não se pode cruzar os braços.

UMA DESSAS QUESTÕES refere-se ao fortalecimento da ampla frente política que possibilitou a vitória eleitoral de 3 de outubro e o destroçamento da aventura golpista a 11 e 21 de novembro. É fora de dúvida que, apesar de extremamente heterogênea, esta ampla coalizão se mantém, não obstante os esforços desesperados dos setores mais reacionários que dela participaram no sentido de destruí-la através de novas composições políticas de caráter antipopular. E não somente isto: os fatos estão indicando que, no choque de tendências que se manifesta dentro desta coalizão, tendem a prevalecer as orientações nacionalistas favoráveis a uma política externa mais independente e a uma política interna de aproximação das reivindicações populares.

EM tais circunstâncias seria profundamente lamentável e prejudicial qualquer posição que, a pretexto de defesa de uma reivindicação isolada, conduzisse à tentativa de liquidar esta coalizão ainda existente efetivamente, para substituí-la por movimentos de unidade eventuais dirigidos, justamente, contra setores do atual governo que procuram libertar-se da pressão dos monopólios norte-americanos. Sem desprezar, nunca, qualquer possibilidade de alianças, acordos e entendimentos com outras forças, ainda que em torno de uma única reivindicação concreta, os lutadores de vanguarda não poderiam deixar de fazer todos os esforços para aprofundar a compreensão e a confiança entre as correntes políticas que interesses comuns uniram no movimento democrático de novembro.

VOZ OPERÁRIA

Nº 390 — RIO DE JANEIRO, 3 DE NOVEMBRO DE 1956



O 39º ANIVERSÁRIO DO GRANDE OUTUBRO

Em 1921, Lênin já escrevia sobre a Revolução Socialista de Outubro que quanto mais longe se acha esta jornada histórica, tanto maior significação adquire o seu valor. Se assim era, decorridos apenas quatro anos da instauração do poder popular na antiga Rússia, com muito maior razão acontece agora que a URSS entra no limiar do quadragésimo aniversário do movimento cuja profundidade e amplitude têm um caráter ímpar na história humana e cujos frutos os povos querem que se multipliquem e floresçam. Os povos olham com esperança e amizade o grande baluarte da paz e do socialismo que é a URSS, no 39º aniversário da revolução proletária que se comemora a 7 de novembro próximo. NA FOTO, o marinheiro soviético G. Kushnir, que no seu posto, na baleeira "Slava", preparava-se para uma nova viagem ao Oceano Antártico. Devassando, sereno, o litoral de sua Pátria, em véspera de partir para a Antártida, o marinheiro soviético é um símbolo da confiança dos povos da URSS no futuro do seu imenso e poderoso país e na vitória definitiva do sistema socialista mundial. (No próximo número amplo noticiário sobre as comemorações na URSS e nos demais países).



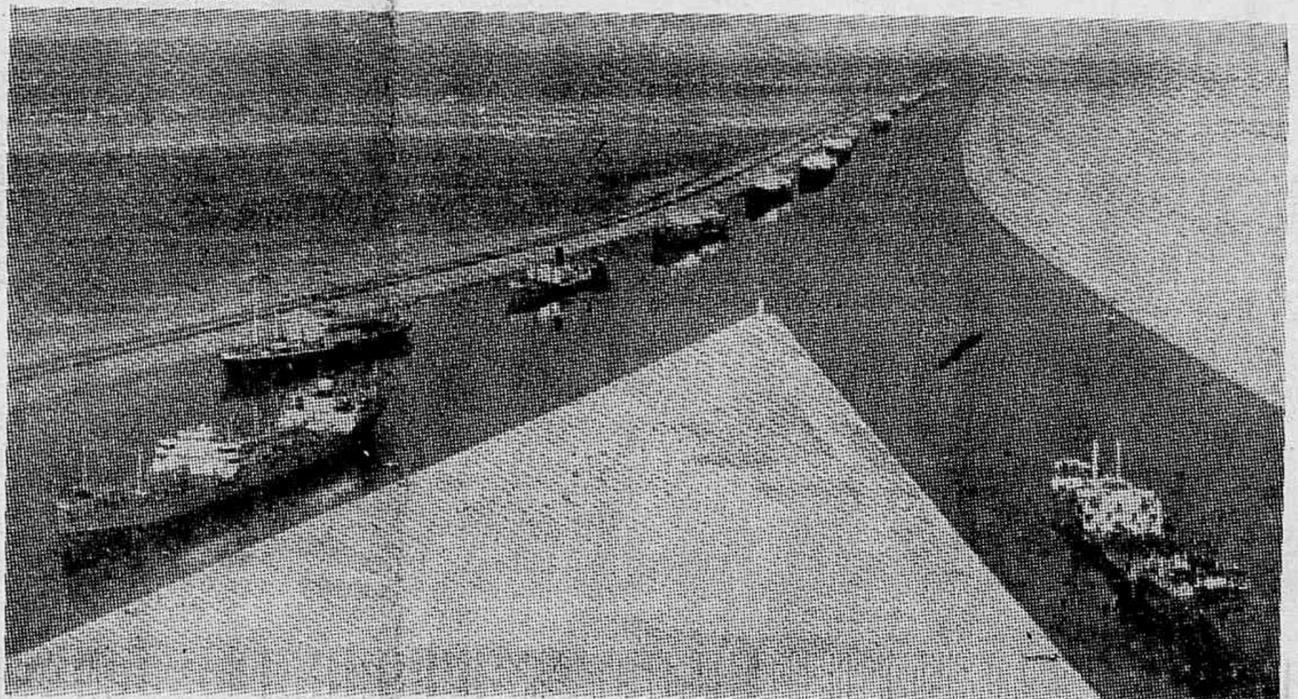
Plataforma Unitária da CNTI
(LEIA NA 9ª PÁGINA)



Preço
Cr\$1.50

D. FEDERAL
E SÃO PAULO

O Fascismo de Mc Carthy Transformado
Em Bandeira da Provocação Golpista (Leia na 3ª Pág.)



Comboio de navios atravessa o Canal de Suez, onde o tráfego dos navios de todas as nações vinha sendo livremente assegurado pelo Egito, apesar das provocações anglo-francesas. Os imperialistas não conseguiram levar a termo suas tentativas anteriores para violar a soberania egípcia e após ordenarem aos seus agentes do governo de Israel uma criminosa incursão armada também iniciaram sua própria agressão, contra a qual o povo egípcio se ergue em armas.

“Depende de Nossa Classe Operária O Caminho Polonês Para o Socialismo”

«A CLASSE operária polonesa acaba de passar por uma prova extremamente difícil de sua maturidade política, de sua consciência socialista de seu patriotismo». Tal é o que escreve «Tribuna Ludu», órgão do Comitê Central do Partido Operário Unificado Polonês, acrescentando: «A vitória alcançada, em nosso Partido, pela corrente progressista, a vitória da honestidade, isto é, do princípio segundo o qual se pode e se

deve dizer a verdade à classe operária, criou bases novas, realmente socialistas, quanto às relações dos trabalhadores com o seu Partido».

O jornal cita numerosos exemplos e provas «do apoio dado pelos trabalhadores, no curso das jornadas históricas por que acabam de passar, ao programa estabelecido pela VIII sessão plenária do Comitê Central do POUP». Esta sessão plenária foi a que elegeu Gomulka primeiro secre-

tário do CC, afastou do Biro Político os dirigentes comprometidos com erros graves e violações à legalidade e à democracia socialista e adotou medidas pela democratização e a liquidação das consequências do culto à personalidade de Stálin.

O CAMINHO POLONÊS PARA O SOCIALISMO

«Não há dúvida — prossegue o editorial do órgão do

CC do POUP — de que, antes de tudo, em nossas fábricas e nossas minas é que se forjará o caminho polonês para a edificação do socialismo, cuja forma definitiva dependerá da iniciativa da classe operária, que toma posse, hoje, das empresas e constitui comitês de administração das mesmas».

«Não se trata apenas — conclui o jornal — de problemas relativos à produção, qualquer que seja a importância deles, mas de algo mais, isto é, do reforçamento dos laços entre o poder popular e as massas trabalhadoras, por uma troca de idéias permanente entre o Partido e a classe operária».

PROSSEGUEM AS MEDIDAS DE DEMOCRATIZAÇÃO

Prosseguem, na Polónia, as medidas de democratização. «Antes de tudo — escreve o órgão dos sindicatos poloneses — é preciso sanear a economia polonesa e, a seguir, pensar em aumentar os salários. Agora é preciso fazer a guerra à burocracia. Não precisamos de burocratas». Em muitas instituições sindicais os dirigentes comprometidos com o passado de erros estão sendo afastados pela massa de membros. O mes-

mo ocorre nos comitês do Partido Operário. Os comitês regionais de Cracóvia, Bydgoszcz, bem como o de Poznan e outros destituíram seus primeiros-secretários e outros dirigentes «por terem resistido à tendência geral de todo o país, favorável à democratização e às reformas políticas e econômicas».

APOIO DAS MASSAS AO NOVO GOVERNO

As grandes massas populares e trabalhadoras da Polónia estão apoiando sem reservas, o novo governo e a nova direção do POUP, encabeçada pelo camarada Wladyslaw Gomulka. Milhares de pessoas subscrevem, com entusiasmo, o empréstimo interno lançado pelo governo. Dirigindo-se ao povo o novo ministro da Defesa, general Marian Spychalski, declarou: «A nação mostrou que confia no programa da VIII sessão plenária do Comitê Central e confia na nova direção do Partido, esta direção que disse toda a verdade à nação e que deseja que somente a verdade presida às relações do Partido com as massas». O general Spychalski, há pouco reabilitado e reintegrado no Partido e no Comitê Central, fôra nomeado vice-mi-

nistro da Defesa, sendo, posteriormente, nomeado ministro, substituindo no cargo o marechal Constantino Rokossovski que, segundo notícia oficial, divulgada pela rádio de Varsóvia, «entrou em gozo de licença temporária».

Foi reintegrado em suas funções o cardeal de Varsóvia Dom Wyszynski, que voltou ao palácio arqui-episcopal da capital polonesa. O cardeal fôra suspenso de suas funções eclesásticas, por decisão do governo, em 28 de setembro de 1953.

OS ACONTECIMENTOS POLONESES NA IMPRENSA CHINESA

Como em todos os países, repercutiram amplamente na China os últimos acontecimentos ocorridos na Polónia. A imprensa de Pequim publicou, na Integra, o texto do discurso de Wladyslaw Gomulka, pronunciado a 20 de outubro, perante a sessão plenária do Comitê Central do POUP. A imprensa chinesa reproduz amplo noticiário dos acontecimentos, baseada nas informações divulgadas pela rádio de Varsóvia.



FERROVIÁRIOS BRASILEIROS EM MOSCOU

Uma delegação de ferroviários brasileiros que se acha em visita à União Soviética percorre detidamente as instalações do sanatório “Décimo Aniversário de Outubro”, da cidade de Sotchi, no Mar Negro. Os ferroviários aparecem no pátio do sanatório (TASS)



TRATADO DE PAZ NIPO-SOVIÉTICO

Na sede do governo soviético realiza-se a solenidade de assinatura do protocolo do Tratado de Paz entre o Japão e a URSS. Figuram assinando o histórico documento (na foto) o Presidente do Conselho de Ministros da URSS, N. A. Bulgânin, e o Primeiro Ministro do Japão I. Hatojama (TASS)



Os Acontecimentos Na Hungria

Os acontecimentos da Hungria, constituem, sem dúvida, um dos mais importantes de quantos têm, ultimamente, ocorrido numa democracia popular. Há dias, está aquele país convulsionado por uma das maiores crises de sua história, e a luta armada desencadeou-se por quase todo seu território atingindo o ponto mais alto na própria capital — Budapeste. Não era de hoje que a luta de tendências no seio do Partido húngaro e do povo magiar criara uma zona de atritos com as autoridades, em matéria de orientação política, econômica e mesmo cultural. Após o XX Congresso do P.C.U.S., quando foram reveladas as nefastas consequências do culto à personalidade de Stálin, envolvendo, em muitos casos, acontecimentos relativos à vida da Hungria era natural que essa luta de opiniões se acirrasse, na medida em que o Partido e as autoridades governamentais não souberam dar uma saída consequente à crise. Ao choque emocional provocado pela reabilitação dos dirigentes da revolução húngara de 1919 — Bela Kun à sua testa — seguiu-se a consagração póstuma de Rajk, sacrificado, há alguns anos, num suposto processo de alta traição. Comprovou-se, inclusive, que na formação dos autos houvera recurso a métodos que ferem a própria dignidade humana e a brutais cenas de policialismo.

Outros casos tão sérios como esses referentes à vida democrática socialista constituíam, por outro lado, base para desassociação. Quando de sua libertação, a Hungria contava, em face do terror horthysta, com reduzido número de comunistas e a instauração da democracia popular e sua posterior consolidação apresentava alguns problemas peculiares. O accleramento que, depois, foi reconhecido exagerado, do processo da construção socialista e inclusive da coletivização no campo, nem sempre atendeu às particularidades nacionais e acarretou mesmo o afrouxamento dos laços com antigas forças que participavam do Governo. Em 1953-54, o Pleno do P.T.H. adotou uma nova política preconizada por Imre Nagy, visando a, sem suspensão da construção da indústria pesada, incentivar a indústria leve e alimentar, e fazer maior inversão de fundos básicos no campo, onde se aconselhava a diminuir o ritmo da coletivização.

Sucessos posteriores alteraram, porém, essa

política, que muitos reclamavam como necessária. Esse conjunto de circunstâncias e a cópia mecânica de algumas experiências positivas e negativas da U.R.S.S. levaram ao distanciamento da massa partidária e popular das instâncias superiores do Partido e do Governo, abrindo uma grave crise que se manifestou na própria destituição de Matias Rakosi na campanha democratizadora do clube Petoeji e em seu posterior fechamento e, na fase mais próxima à eclosão da guerra civil, na reabilitação de Imre Nagy, nas conferências entre Gero e a Iugoslávia, etc.

Foi a resistência de certos dirigentes partidários (notadamente Rakosi e Gero) que precipitou a luta, da qual procuraram, também se aproveitar elementos reacionários. Ao bom combate pelo melhor caminho húngaro para o socialismo, tentou a reação substituir uma luta desenfreada pelo abandono do socialismo. Mas este não é o caráter dominante do movimento. A situação se normaliza. Imre Nagy, alçado à chefia do Governo, declarou, domingo, que: “1) de comum acordo com o alto comando soviético na Hungria as forças soviéticas iniciaram sua retirada de Budapeste; 2) que serão iniciadas imediatamente negociações para a retirada das tropas soviéticas na Hungria; 3) que será criada uma milícia húngara, composta dos membros do exército e da polícia.” Por sua vez, o “Szabad Nép”, órgão oficial do Partido dos Trabalhadores Húngaros, assinalava em editorial: “O Governo já atendeu a um grande número de reivindicações, em particular aquelas que dizem respeito às negociações sobre a retirada das forças soviéticas, assim como as relativas a questões econômicas importantes. Aqueles que continuam a lutar contra em perigo o povo húngaro”. Por outro lado, da Polónia, “a da Iugoslávia e de outros países chegam apelos das forças socialistas conclamando o povo húngaro a cessar um derramamento que se tornou inútil depois da ascensão do novo governo e da substituição da direção partidária, e que os imperialistas procuram utilizar em seu proveito.

Os comunistas e democratas brasileiros, fiéis ao internacionalismo proletário, almejam por que a Hungria, liderada por sua classe operária, solidifique o regime democrático-popular que a fez progredir e, ao mesmo tempo, resolva soberanamente seus próprios destinos.

O Fascismo de Mc Carthy Transformado Em Bandeira da Provocação Golpista

DESCOBRINDO paulatinamente o seu «programa», os porta-vozes do golpismo saem a campo, uma vez mais, com a bandeira destrocada do anticomunismo e novamente adotam o modelo do fantoche Castillo Armas (da Guatemala) tanto para o regime de exceção que desejam como para os métodos que pretendem utilizar.

A tecla agora do golpismo é a intriga sobre uma suposta «influência comunista no governo», particularmente dentro do Exército e do Ministério da Guerra. Sob a capa deste anticomunismo esconde-se, mas sem poder disfarçar-se, a pregação de medidas repressivas contra as correntes democráticas, nacionalistas e patrióticas, medidas essas que, não por acaso, correspondem exatamente às reclamadas, num sem número de oportunidades, pelos porta-vozes das corporações imperialistas norte-americanas, tanto na imprensa de nosso país.

Raimundo Padilha (o espião de Hitler), João Neves da Fontoura (o empregado da «Standard Oil» e atualmente editorialista do «O Globo»), o senador udenista João Arruda, o deputado e banqueiro Herbert Levy, além de Lacerda, Pena Boto e demais componentes do «Clube da Lanterna» desencadearam, nas últimas semanas, virulenta campanha para «demonstrar» que os comandos do Exército estão sendo manobrados «por comunistas», que os comunistas «inspiram» as principais decisões do governo, etc.

Numa conferência, esta semana, na UDN de S. Paulo, Lacerda, transformado no Mc-Carthy brasileiro, «denunciou» comunistas infiltrados por toda a parte, no governo e fora dele, inclusive no pró-

prio clero. Transcrevemos a própria «Tribuna da Imprensa»:

«Como um só dos exemplos da infiltração dos comunistas entre os reacionários citou (Lacerda) o do pe. Medeiros Neto, de Alagoas.

«Os comunistas têm homens dentro da crosta mais reacionária no Brasil» — acusou.

Por aí se vê a que extremo vai a provocação golpista no seu desesperado intento de repetir no Brasil a experiência imperialista norte-americana na Guatemala.

Com este objetivo, o bando golpista concentra suas provocações especialmente contra a «Frente de Novembro», movimento organizado por diversos parlamentares e líderes sindicais no sentido de consolidar a unidade das forças que desbarataram a conjura liberticida em 11 de novembro. Procurando manter vivo o espírito de unidade das forças democráticas e nacionalistas e tê-las em estado de alerta contra a insídia e a felonía do grupelho neo-fascista, a Frente de Novembro representa, sem dúvida, um obstáculo ao desenvolvimento das manobras liberticidas. Ela procura uma aproximação entre os trabalhadores e as forças armadas, aproximação que se mostrou possível e necessária para a defesa das liberdades democráticas e

constitucionais durante os acontecimentos de novembro do ano passado. Não por acaso, pois, o golpismo escolhe para alvo de ataque uma associação que é capaz de unificar poderosas forças em defesa dos direitos democráticos que eles pretendem destruir.

O mais expressivo é que nesta campanha «anticomunista» o provocador Lacerda tenta fazer «revelações» que apenas confirmam que ele e seu bando infiltrado no governo Café Filho preparavam ativamente o golpe frustrado a 11 de novembro. (Como se sabe, na virulenta campanha que movem contra o general Teixeira Lott os golpistas afirmam que não tramavam nenhum golpe). Na conferência que fez na UDN de São Paulo, Lacerda afirmou que «escutava», na ocasião, conversas telefônicas de diversos líderes de partidos políticos, entre os quais os srs. Osvaldo Aranha, Amaral Peixoto, José Maria Alkmin, e outros. Noutras palavras: até os telefones e os passos desses dirigentes políticos já estavam controlados pelos que preparavam a subversão fascista.

Numa outra palestra em São Paulo, o folclórico Carlos Lacerda voltou a pregar abertamente o golpe (quando o general Teixeira Lott afirmou que elementos golpistas procuravam se articular para seus fins inconfessáveis,

a imprensa que os serve protestou indignada, afirmando que nenhum deles pensava em golpes!). Eis as tiradas de Lacerda, segundo reportagem do «Estado de São Paulo»:

«A legalidade no Brasil serve apenas para cobrir um bando, uma casta e uma quadrilha», pelo que, — concluiu — é necessário mergulhar o país na ilegalidade. Outra passagem, fazendo demagogia com a liberdade de imprensa — cuja supressão constava e consta, de seu programa para um «governo de exceção» — Lacerda acrescentou, a propósito do projeto de lei de imprensa:

«Contra ele todas as armas são válidas — até mesmo a revolução».

Mais elucidativo, entretanto é o envio a Guatemala de Castillo Armas de um redator da «Tribuna da Imprensa» — o apátrida Stefan Baciu — para mostrar ao povo brasileiro «o caráter democrático» da ditadura sanguinária instaurada naquele país pela United Fruit e a Standard Oil. As reportagens desse «enviado especial» já começam a ser publicadas no jornal de Lacerda, afirmando as excelências do governo de Castillo Armas com a destruição dos partidos políticos a liquidação das reformas democráticas do governo Arbenz, os cárceres cheios de democratas e patriotas, as

concessões petrolíferas à Standard Oil, etc. A ditadura guatemalteca é o modelo.

O movimento golpista procura, assim, estender suas raízes internacionais, tentando

ajuda em toda a parte. Contra ele é necessário que se fortaleça dia a dia a unidade das forças democráticas e nacionalistas e que se eleve cada vez mais sua vigilância.

Grandes Manifestações Populares no I Aniversário do 11 de Novembro

O POVO e os trabalhadores do Distrito Federal prestarão uma grande homenagem ao ministro da Guerra, general Teixeira Lott, às 17 horas do próximo dia 12 de novembro (segunda-feira), pelo transcurso do primeiro aniversário do movimento antigolpista de novembro de 1955. A manifestação popular a realizar-se em frente ao Ministério da Guerra e na qual o vice-presidente João Goulart, em nome dos operários e do povo, entregará ao general Teixeira Lott uma espada de ouro, foi convocada pela Frente de Novembro em proclamação que está encontrando apoio entre as diversas correntes da opinião pública e partidos políticos. A proclamação pede aos trabalhadores «que organizem comissões de comemoração nas fábricas e nos sindicatos; aos funcionários federais e municipais, aos estudantes, aos membros das associações culturais e esportivas, aos moradores dos bairros e dos morros, pede a todos, igualmente, que formem comissões de comemoração, a fim de levarem ao general Lott, na tarde de 12 de novembro, o seu aplauso e apoio à causa popular e nacional defendida pelo Movimento de Novembro».

As denúncias da Frente de Novembro contra a rearticulação golpista e ao seu apelo em favor da união de todas as forças democráticas e nacionalistas para derrotar os manejos do golpismo tem-se seguido pronunciamentos de vários setores políticos e, especialmente, dos sindicatos operários, destacando-se o último manifesto de líderes sindicais, que conclama os trabalhadores a permanecerem vigilantes e unidos em defesa das conquistas democráticas e da soberania nacional.

Os pronunciamentos já surgidos, dos diversos setores populares e de personalidades políticas, demonstram que as comemorações do dia 12, no Rio, constituirão grandiosa manifestação democrática e patriótica.

Ao mesmo tempo, comemorações estão sendo organizadas em vários Estados destacando-se as que se preparam em São Paulo. Na capital paulista, entre outras manifestações, será oferecido ao general Teixeira Lott um churrasco, do qual participarão 30 mil pessoas. Uma espada de ouro será entregue ao ministro da Guerra.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA AOS TRABALHADORES:

«SOIS A FRENTE AVANÇADA DO PROGRESSO BRASILEIRO»

...«CONVOCO-VOS para a tarefa de acompanhar e dirigir o crescimento desta nação. Convoco-vos para a revolução da prosperidade, para a reação contra a miséria, pa-

ra o repúdio ao qualificativo de país subdesenvolvido, com que nos designam ainda. Não queremos ser país subdesenvolvido, não devemos aceitar esse rótulo. País que se desenvolve, isto sim. Estas são palavras do presidente Juscelino Kubitschek, em discurso aos trabalhadores, nas comemorações do 10º aniversário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. «Sois indispensáveis — acrescentou o presidente da República — a essa reação pelo engrandecimento de nossa pátria. E é nessa qualidade de homens positivos de forças atuantes, que vos conclamo para a marcha pela libertação de nossa pátria, não apenas como braços, mas como almas e inteligências que sois!»

O sr. Kubitschek, reafirmou ainda, sua posição em face às conquistas sociais da classe operária, «que são inalienáveis», insistindo em que está disposto a seguir o caminho do presidente Getúlio Vargas, «estendendo e ampliando a legislação trabalhista».

O discurso do chefe da Nação demonstra a compreensão de que somente com o apoio dos trabalhadores pode o governo realizar uma obra construtiva, enfrentar a solução dos problemas urgentes e complexos que enfrenta o país. «Sois a frente avançada do progresso brasileiro — disse ele aos operários — estais ligados diretamente ao êxito nacional. Não constituís uma casta, sois o próprio povo, o povo que é quem paga primeiro o resultado das loucuras dos empreiteiros da destruição». De sua parte, os trabalhadores compreendem que somente com seu apoio poderá o governo realizar uma obra progressista, voltada para os interesses nacionais, iso-

lando e derrotando a minoria que insiste em liquidar as liberdades democráticas para entregar o Brasil à voracidade dos trustes estrangeiros. E estão prontos a dar esse apoio. E' evidente, porém que este é apenas um lado da questão. O outro lado depende do governo e, em primeiro lugar, do presidente da República, de sua disposição de marchar com o povo, de fazer uma política voltada para os interesses nacionais e populares. A classe operária e o povo já se mostraram dispostos a contribuir com sua parte, para que o presidente da República transforme, consequentemente, suas palavras em atos.

As Declarações do Ministro da Guerra na CNTI

A REPERCUSSÃO alcançada, na imprensa e na opinião pública do país, pelas declarações do ministro da Guerra, na homenagem que lhe prestou a C.N.T.I., traduzem o apoio de ponderáveis correntes democráticas aos termos em que ali foram colocados importantes problemas do país.

«O Brasil — disse o general Teixeira Lott — graças a Deus progride a passos largos, a despeito da atuação impatriótica daqueles que desejam atingir objetivos políticos a qualquer preço, mesmo com a sacrifício da tranquilidade e da paz nacionais. Para acelerar o progresso é necessário o desenvolvimento paralelo da lavoura, que trará o equilíbrio da economia rural. Sem uma lavoura fértil, sólida, não poderá haver uma grande indústria.» O ministro da Guerra reafirma, assim, seu ponto de vista, já anteriormente expresso, de que o desenvolvimento industrial e a própria defesa nacional não podem ser plenamente garantidos sem o florescimento da agricultura, o que reclama medidas de reforma agrária, tendentes a garantir, aos que vivem e trabalham no campo, o livre acesso à terra. Isso implica, ainda, na necessidade de, tendo em conta as peculiaridades da exploração agrícola, tomar medidas destinadas a melhorar a situação

material dos trabalhadores rurais, para os quais, afirmou o general Lott, «é urgente a adoção de uma legislação que lhes dê o direito a viver com dignidade.»

Para o general Teixeira Lott, a realização de uma política visando o progresso nacional e a solução dos problemas do povo é inseparável da garantia das instituições democráticas. Assim é que, denunciando as manobras golpistas, afirma: «Essa é a técnica que vem sendo adotada pelos inconfundidos com os resultados das últimas eleições presidenciais, no intuito de enfraquecer as instituições, impossibilitando-as de cumprir seu programa.» «O Ministério da Guerra — acrescenta — não descarta das medidas de segurança afetas às suas funções, mas, se o faz é para prevenir qualquer atentado daqueles que ainda tentam, por todas as maneiras, criar ambiente favorável à perturbação da ordem.»

Esta posição, de intransigente defesa das liberdades constitucionais e do progresso nacional, é a que a nação espera de suas forças armadas. Por isso mesmo o pronunciamento do titular da pasta da Guerra veio ao encontro da opinião democrática nacional, encontrando, em seu seio, a mais favorável repercussão.

Semana Política

Deputados que participaram do movimento de 11 e 21 de novembro decidiram constituir-se numa frente parlamentar para dar combate à demagogia golpista, que ressurge, tanto no Congresso, como na imprensa e em comícios públicos.

A iniciativa é justa e merece aplausos. Não é possível deixar-se o campo livre aos Lacerda, Juarez, Pena Boto, Padilha e parceiros, que percorrem o país numa pregação insidiosa e mentirosa contra os poderes constituídos, procurando aliciar descontentamentos e ressentimentos para a baderna liberticida que planejam. Os integrantes da nova frente parlamentar propõem-se a desmascarar esta agitação golpista, utilizando-se, não apenas da tribuna do Congresso, mas também dos comícios populares e da imprensa. Não resta dúvida que isto contribuirá para fortalecer o movimento democrático, esclarecendo e mobilizando a opinião pública, unificando forças para assegurar as conquistas populares ameaçadas pela trama golpista.

Mas não basta o esclarecimento do povo sobre os objetivos e as maquinações do insidioso bando neo-fascista que pretende instaurar no país um «regime de exceção». O golpismo está explorando — e explorando habilmente — os erros e omissões do atual governo, suas vacilações e inconseqüências, para atrair contra ele setores populares naturalmente descontentes por não verem atendidas legítimas reivindicações populares. Justamente por isto, a constituição de uma frente parlamentar dos deputados e senadores que apoiaram o movimento de novembro cumpriria melhor ainda suas funções lutando também, dentro do Parlamento, para que o governo realize os ideais democráticos do movimento de 11 de novembro e uma política de orientação mais nitidamente patriótica e popular.

Aí está, por exemplo, a questão da lei de imprensa, contra a qual se levantou a consciência democrática do país e que vem sendo explorada pelo golpismo para isolar o governo do povo. A nova frente parlamentar prestaria inestimável contribuição à luta contra o golpismo se unificasse suas forças para salvaguardar a efetiva liberdade de imprensa, assim como de todas as demais liberdades.

QUE É "LINHA DE MASSAS"?

TENG HSIAO-PING apresentou, ao VIII Congresso do Partido Comunista Chinês, em nome do Comitê Central, o informe sobre o projeto de Estatutos do Partido, "elaborado à base de debates travados nas organizações do Partido e das sucessivas emendas nele introduzidas." Reproduzimos, a seguir, a parte do informe em que Teng Hsiao-Ping responde à pergunta: QUE É "LINHA DE MASSAS"?

"Que é a 'linha de massa' no trabalho do Partido? Em poucas palavras, sua significação é a seguinte:

Por um lado, reconhece-se que as massas populares devem libertar-se por si mesmas, reunindo-se todo o dever do Partido em servir-lhes com todo o coração e a inteligência; o papel dirigente do Partido consiste precisamente em indicar-lhes com acerto a orientação da luta, ajudar-lhes a trabalhar, lutar e criar uma vida feliz. Por isso é necessário que o Partido mantenha estreita ligação com as massas e se apoie nas massas, não devendo delas desligar-se nem colocar-se acima delas. Cada comunista

deve assimilar o seguinte estilo de trabalho: servir ao povo, ser responsável perante as massas, consultá-las constantemente e partilhar de suas alegrias e tristezas. Por outro lado reconhece-se que a justiça da direção política depende de o Partido empregar o seguinte método: colher entre as massas e levar para as massas. E isso, como se afirma na Resolução do C.C. do Partido "Sobre os Métodos de Direção", cujo projeto foi escrito pelo camarada Mao Tsé-Tung, significa: sintetizar as opiniões das massas (dispersas e não sistematizadas) e novamente levá-las (generalizadas e sistematizadas pelo estudo) às massas, propagá-las e explicá-las, torná-las opiniões das próprias massas para que estas as defendam e as transformem em ação; ao mesmo tempo, verificar a justiça dessas opiniões por meio das ações das massas. A seguir, é preciso novamente sintetizar as opiniões das massas e novamente levá-las às massas para que estas as defendam. Circulando assim, sem cessar, essas opiniões se tornarão cada vez mais justas, mais vivificantes e mais ricas."

Importância Teórica e Prática da «Linha de Massas»

"A 'linha de massas' na atividade partidária reveste-se da mais profunda importância teórica e prática. O marxismo sempre afirmou que, em última instância, as massas populares são as criadoras da história. A classe operária só pode cumprir sua missão histórica, libertar-se e, ao mesmo tempo, libertar todos os trabalhadores — apoiando-se em suas próprias forças e nas forças de todas as massas trabalhadoras. Quanto mais desenvolvida estiver a consciência, a atividade e a iniciativa criadora das massas populares, tanto mais rapidamente progredirá a causa da classe operária. Por isso, ao contrário dos partidos políticos da burguesia, o partido político da classe operária não considera as massas populares como seu próprio instrumento, mas sim afirma que ele próprio é um instrumento delas na solução de certas tarefas históricas, em determinado período histórico. O Partido Comunista é uma associação de elementos de vanguarda da classe operária e do povo

trabalhador, e não sofre contestação seu grande papel histórico em relação às massas populares. No entanto, o Partido é um destacamento avançado e pode dirigir as massas populares precisamente e somente porque a elas serve com todo o coração e com toda a inteligência, reflete seus interesses e sua vontade, ajuda-as por todos os meios a se organizarem para lutar por seus interesses e pela realização de sua vontade. Se tivermos esta concepção do Partido, estaremos reconhecendo que o Partido não tem o direito de colocar-se acima das massas populares; estaremos admitindo que o Partido não tem o direito de apresentar-se às massas populares como um benfeitor condescendente, de empolgar a realização de todo o trabalho, de afundar-se na burocracia estéril; estaremos reconhecendo que o Partido não tem o direito de agir como um déspota, acima das massas populares."

As Relações Mútuas Entre o Partido e as Massas Populares

"Se não tivermos consciência profunda de que a orientação do Partido deve ser: colher entre as massas e levar às massas — será impossível resolver de maneira justa o problema das relações mútuas entre o Partido e as massas populares. A prática revela que muitos camaradas não sofrem, de modo algum, da falta de desejo subjetivo de servir ao povo, mas, apesar disso, levam o trabalho ao fracasso e prejudicam seriamente as massas. Isso ocorre por que estes camaradas, considerando-se homens de vanguarda, dirigentes que sabem mais do que

as massas, não aprendem com elas e não pedem suas opiniões. Em consequência, suas propostas freqüentemente não são aceitas pelas massas. No entanto, eles não aprendem com seus erros e seu fracasso, consideram que esses erros e esse fracasso são uma decorrência do atraso das massas e da influência de outros fatores temporários; partindo daí, eles abusam da autoridade do Partido, continuam a agir de maneira despótica e prepotente, o que por sua vez aprofunda seus erros e insucessos. A história de nosso Partido demonstra que esses elementos subjetivistas causaram incontáveis danos ao Partido, à revolução e à China."

Consultar as Massas Para Corrigir os Erros do Partido

"Os subjetivistas não compreendem que só pode ser mestre das massas aquele que, antes de tudo, sabe ser discípulo das massas, e só pode continuar sendo mestre das massas aquele que continua a ser seu discípulo. O Partido e seus membros só podem indicar o caminho justo e conduzir as massas quando generalizam conscientemente sua experiência e concentram o saber das massas. Não somos seguidistas e, por isso, compreendemos perfeitamente que nem sempre as opiniões das massas podem ser justas e maduras. Por generalização e sintetização não queremos significar a simples acumulação das opiniões das massas; torna-se necessário, aqui, a sistematização, a análise, a atitude crítica e a generalização. Sem pesquisar e estudar a experiência e as opiniões das massas nenhum dirigente, por mais ta-

lento que seja, poderá dirigir com acerto. Na generalização, na crítica e na sistematização também podem ser cometidos erros, mas, se consultarmos constantemente as massas e estudarmos sistematicamente sua atividade prática, isso possibilitará ao Partido cometer menos erros e também descobri-los e corrigi-los em tempo, não permitindo que se transformem em erros sérios. "Por isso, por sua natureza a 'linha de massas' na atividade partidária exige da direção do Partido modéstia e prudência. A presunção, o arbítrio e a grosseria, a auto-suficiência, a reticência em consultar as massas, a imposição aos outros da própria opinião, a defesa de erros cometidos com a finalidade de conservar a própria autoridade — tudo isso é inteiramente incompatível com a 'linha de massas'."

A «Linha de Massas» e a Vitória da Guerra de Libertação

"Não resulta da realização da 'linha de massas' cada uma das grandes vitórias alcançadas pelo nosso Partido na guerra de libertação, na luta pela realização de transformações agrárias e por esmagar a contra-revolução, pelas transformações socialistas na agricultura, na indústria artesanal, na indústria e no comércio capitalistas, pelo progresso da indústria, da agricultura e de outras atividades no domínio da edificação econômica e cultural? Por que, por exemplo, os comandantes e soldados do Exército Popular de Libertação puderam conquistar a vitória sobre o exército do Kuomintang, superior ao nosso em número e equipamento bélico? Será que a causa fundamental disso não está no fato de ter ele assumido firmemente uma atitude de servir ao povo e — imbuído de espírito de sacrifício — ter esta-

belecido relações modelares com o povo? Será que a causa principal disso também não está no fato de que, nos destacamentos militares, tivessem sido estabelecidas relações fraternais, que desenvolviam plenamente a atividade dos oficiais inferiores e dos soldados? Será que a causa fundamental disso não está no fato de que, apoiando-se nas massas, o Exército generalizava a experiência de cada batalha e, começando com a tática e terminando pela estratégia, conseguiu êxitos ininterruptos?"

"A primeira vista parece uma ninharia que os soldados carregassem água para a população, que os oficiais se preocupassem com suportes e agasalhos para os soldados, que na linha de frente se realizassem conferências sobre cultura política, que se

"SÓ PODE SER MESTRE DAS MASSAS AQUELE QUE, ANTES DE TUDO, SABE SER DISCÍPULO DAS MASSAS, E SÓ PODE CONTINUAR SENDO MESTRE DESTAS AQUELE QUE CONTINUA A SER SEU DISCÍPULO" (DO INFORME SOBRE O PROJETO DE ESTATUTOS DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS, APRESENTADO POR TENG HSIAO-PING AO VIII CONGRESSO DO PARTIDO)

zelasse pela saúde dos prisioneiros de guerra e se respeitasse seu próprio sentimento de dignidade, que não se privassem os priso-

neiros de seus objetos pessoais. Mas todas as grandes vitórias são justamente inseparáveis dessas "ninharias".

A Aplicação da «Linha de Massas» Entre os Camponeses

"Por que, por exemplo, centenas de milhares de camponeses subordinados durante milênios ao jugo dos latifundiários, puderam tornar-se senhores de seus próprios destinos e com tal espírito de decisão puderam criar uma nova vida? Será que isso ocorreu simplesmente por obra da promulgação do decreto oficial de transferência da terra dos latifundiários para o camponesinato, e não porque as brigadas enviadas ao campo pelo nosso Partido, no período das transformações agrárias tivessem penetrado profundamente no âmago do camponesinato mais pobre e houvesse entre estas brigadas de militantes que despertassem a consciência das massas camponesas, que as mobilizassem para a derrocada do domínio dos latifundiários e a

divisão das terras destes, graças ao que os camponeses compreenderam realmente sua força e criaram seu próprio núcleo dirigente? Será que o ingresso tão rápido e voluntário dos camponeses nas cooperativas de produção agrícola não resultou do fato de que o nosso Partido — partindo da experiência das próprias massas — tivesse ajudado o camponesinato na organização consequente de uma grande quantidade de brigadas provisórias, e depois permanentes, para a ajuda mútua no trabalho na organização de cooperativas de tipo inferior e, finalmente, de cooperativas de tipo superior, e houvessem, na prática, convencido os camponeses das vantagens do cooperativismo?"

As Graves Conseqüências da Violação da «Linha de Massas»

Depois de apontar outros exemplos de aplicação, com êxito, da "Linha de massas", prossegue Teng Hsiao-Ping:

"Entre muitos militantes do Partido e funcionários públicos manifestam-se tendências ao burocratismo de diferentes formas e matizes. Muitas instituições dirigentes e trabalhadores responsáveis permanecem na cúpula, não se aproximam das massas, não prestam atenção à análise e estudo da situação, não conhecem o estado real das coisas. Ao analisarem e decidirem as questões relativas ao trabalho, com freqüência não levam em conta a realidade objetiva e a atividade prática concreta das massas populares, mas sim dados subjetivos e falsos, ou suas preferências e desejos.

Leva ao Burocratismo Esteril

trabal e de outros órgãos superiores, com freqüência não pedem a opinião dos camaradas das organizações inferiores e das massas, cumprindo mecanicamente essas indicações sem combiná-las com as condições concretas de lugar e de tempo. Satisfazem-se freqüentemente com êxitos superficiais e bombásticos, sem prestar atenção aos resultados reais do trabalho, ou só vêem os aspectos positivos do trabalho e não notam os lados negativos, ou então se limitam a buscar a quantidade, desprezando a qualidade.

"Por isso, entre as muitas decisões por eles tomadas e entre as diretivas estabelecidas, algumas não são de todo justas, enquanto que outras são inteiramente erradas. Pondo em prática as indicações do Comitê Cen-

"Esses militantes têm uma idéia muito confusa de seu trabalho e freqüentemente vão de um extremo a outro: às vezes isso se expressa sob a forma de conservantismo de direita, quando a consciência dos mesmos se atrasa em relação à realidade e, às vezes, no avanço apressado e cego, quando eles desejam fazer o mais possível e o mais rapidamente possível, passando por cima das possibilidades reais."

A Violação da «Linha de Massas»

"Muitos camaradas responsáveis de várias instituições gastam a maior parte de seu tempo no exame de papéis e na realização de uma quantidade demasiada de conferências e reuniões, freqüentemente desnecessárias, raramente analisam — e sempre o fazem de maneira superficial — a atividade das organizações de base e a vida das massas, pouco tomam conhecimento de suas necessidades e pouco estudam a experiência adquirida pelas mesmas. Em consequência disso, inevitavelmente rolam para o campo do praticismo estreito e do burocratismo. Muitos dirigentes gostam de criar um aparelho hipertrofiado e, em consequência disso, um paralelismo e uma quantidade demasiada de escalões na atividade das instituições dirigentes, que não permitem considerar e refletir de maneira justa e oportuna as opi-

Deforma os Quadros do Partido

niões e as exigências das massas. Por seu turno, suas decisões e diretivas não podem chegar com acerto e rapidamente aos escalões inferiores. Tudo isso cria muitos obstáculos artificiais entre estes dirigentes e as massas. Muitos camaradas responsáveis não participam pessoalmente da solução de questões inadiáveis, transferindo-as para instâncias inferiores e depois enviam relatórios a respeito das mesmas questões às instâncias superiores, em consequência do que a decisão é ou errada ou inoportuna, o que causa um grande dano ao trabalho. Ainda mais sério é o fato de que certos dirigentes não querem aproximar-se das massas, não zelam por suas necessidades, não tomam medidas ativas para solução de questões atuais para a vida das massas, mantendo para com estas uma atitude de indiferença.

A violação da «Linha das Massas»

"O burocratismo manifesta-se também na presunção e na auto-suficiência de alguns quadros. Estes exageram o papel do indivíduo, exageram sua autoridade; agradam-lhes a lisonja e os elogios, não suportam a crítica e o controle que se exerce sobre eles; há entre eles pessoas indignas que perseguem a crítica e dela se vingam. Em nosso Partido há também aqueles que deformam completamente as relações entre o Partido e o povo, desservindo a este; abusando de sua autoridade, cometem diferentes crimes e transgridem as leis e a disciplina. Trata-se de um procedimento extremamente repugnante e antipopular, refletindo em nossas fileiras a maneira de agir das classes dominantes na velha sociedade. É verdade que há poucos quadros desse tipo, mas eles causam graves danos.

Deforma os Quadros do Partido

meio de métodos administrativos rotineiros. É possível que os camaradas responsáveis por esses erros desejem subjetivamente realizar um trabalho eficiente, mas na realidade são precários os resultados que conseguem. Os erros que revelam a direção rotineira manifestam-se de maneira bastante clara nas organizações de base e entre os quadros de base do Partido, mas esses erros, nos escalões inferiores com freqüência dependem da direção subjetivista e burocrática exercida pelos órgãos superiores.

"Os métodos rotineiros de dirigir representam uma das manifestações bastante difundidas de burocratismo. Muitas organizações partidárias e muitos quadros não somente deixam de consultar as massas antes de tomar decisões e estabelecer diretivas, como também ao realizá-las não utilizam o método da persuasão e da educação das massas, tentando realizar todo o trabalho por

"Os fenômenos acima apontados atestam que a 'linha de massas' — a que o Partido se atém em sua atividade — está longe de ser seguida completamente. Devemos manter uma luta constante contra os fenômenos de burocratismo e do desligamento em relação às massas. Devemos também reconhecer que o burocratismo é uma herança legada pelo domínio prolongado exercido pelas classes exploradoras na história da humanidade e que ele exerce profunda influência sobre a vida social e política. Por isso, a realização consequente da 'linha de massas' e a superação do burocratismo exigirão, necessariamente, uma luta prolongada."

O DEBATE NA "VOZ OPERÁRIA" E "IMPrensa POPULAR"

(RESENHA COMENTADA)

Desde que, a 6 de outubro, a VOZ OPERÁRIA iniciou o debate sobre o culto da personalidade e suas conseqüências no Brasil, publicando o artigo de João Batista de Lima e Silva — «Não se poderia adiar uma discussão que está em todas as cabeças» — um grande afluxo de artigos, cartas e manifestações diversas tem tomado as páginas da imprensa popular, sobretudo nos diários «Imprensa Popular» e «Notícias de Hoje» que, por motivos óbvios, podem dar maior vazão ao que lhes enviam seus leitores ou correspondentes. As dezenas de matérias já publicadas sobre o assunto permitem uma notícia preliminar, embora incompleta, sobre as tendências manifestadas na discussão, até agora. Com isso, os leitores de VOZ OPERÁRIA, que não puderam por vários motivos acompanhar em detalhe o que foi editado, podem orientar-se melhor.

Era natural que, nos primeiros dias, quando a discussão ainda não se iniciara oficialmente os artigos ou cartas versassem, sobretudo, a necessidade de discutir e os termos em que isso deveria ser feito. Tal fora o próprio caráter do artigo de João Batista de Lima e Silva, já mencionado, bem como da carta que lhe dera origem, firmada por Maurício Ferreira. Esse também o tom em que se vasaram as contribuições de Dalcídio Jurandir — «Carta a João Batista de Lima e Silva» («Imprensa Popular», 9-10-1956); de Isaac Akcelrud — «Pela discussão, contra o 'prato feito'» («Imprensa Popular», 10-10-1956), de Jorge Amado — «Carta a J. B. de Lima e Silva» («Imprensa Popular», 11-10-1956), Pedro Motta Lima — «Para começo de conversa num debate apaixonante» («Imprensa Popular», 11-10-1956), Carlos de Araújo — «Debater sim, mas dentro dos princípios» («Imprensa Popular», 12-10-1956), Moacir Werneck de Castro — «Sem distinguir o dogmatismo não conseguiremos avançar» («Imprensa Popular», 12-10-1956), Santos Moraes — «Não pode e não deve ser atingida a unidade de nosso movimento» («Imprensa Popular», 13-10-1956), Antônio Bulhões — «Discussão ampla, completa e livre» («Imprensa Popular», 14-10-1956) e Elias Soares — «Um debate que não estava em nenhuma cabeça» («Imprensa Popular», 14-10-1956).

São típicos nessa série, duas tendências. Uma reclamando a discussão, ampla e imediata dos assuntos em pauta e outra que a aceitava em termos mais limitados ou, simplesmente, não a aceitava na prática. Os seguintes trechos ilustram bem as duas posições:

Jorge Amado: «Artigo pioneiro, artigo necessário, abrindo um debate que está em todas as cabeças», sufoca todos os peitos. Impede toda a ação, todo o trabalho».

Carlos de Araújo: Inicialmente, quero dizer a vocês que realmente não podemos deixar de discutir e debater livremente as questões surgidas no XX Congresso do P.C.U.S., mas esta discussão não pode ser colocada nos moldes em que vocês pretendem colocá-la.

Elias Soares: «Não quero desagradar aos companheiros intelectuais. Quero, apenas, que saibam que aquela discussão como foi levantada, não estava na cabeça dos operários e dificilmente haverá lugar para ela pelo menos em minha cabeça.»

Pedro Motta Lima: «Todos ardemos no desejo de opinar e debater, velhos e moços. Antigos e provados militantes ou recentes companheiros de viagem. De uns e outros seria injusto reclamar títulos, como seria ingênuo dizer se permanecerá no grosso da tropa, em constante crescimento, ou se passará algum dia aos montículos de escória e ferro velho que a batalha histórica vai deixando às duas margens do caminho...» A surpresa de muito, que se julgava como ludibriados e fervem duma impaciência estranha contra pessoas e organismos a quem recriminam por tardarem a ver ou a denunciar o que todos reconhecem e condenam agora, parece-me decorrente de um erro básico, etc.

A partir de 14 de agosto o debate foi suspenso tanto no Rio como em São Paulo sendo que, desde antes, por motivos supervenientes havia sido interrompido nas páginas da VOZ.

Quando, após o Projeto de Resolução do P.C.B. — publicado na «Imprensa Popular» e «Notícias de Hoje», do dia 19, e na VOZ OPERÁRIA do dia 20 — foi ele reiniciado, ainda continuaram a ser editados contribuições do mesmo tipo daquelas primeiras. Nessa filiação se incluem, segundo pensamos, os de José Portela — «Ficis, sim, mas aos princípios do marxismo-leninismo», José Gorender — «Trazer a discussão para os nossos problemas» («Imprensa Popular», 20-10-1956), Fernando Guedes — «Por que os jornais populares não opinaram antes de pedir dinheiro ao povo?» («Imprensa Popular», 21-10-1956), Newton Meilo e Ney Velloso — «Algumas divergências» («Imprensa Popular», 21-10-1956), A. Pinheiro Machado Netto — «Por que não se publica o informe secreto de Kruschiov?» («Imprensa Popular», 21-10-1956), Plínio Lazier de Sá (Santa Catarina) — «'Prato feito' não será mais servido e, se for, será recusado» («Imprensa Popular», 23-10-1956), Eduardo S. M. Freire — «Que as bocas se abram, mas... não para engolir moscas».

Nessa série de artigos publicados ou escritos antes da publicação do «Projeto de Resolução» há alguns anos que já versavam sobre os próprios temas do debate e não sobre a necessidade dele. Ai se incluem os seguintes: a Carta de Maurício Ferreira que considera em xeque «idéias programáticas, táticas e mesmo conceitos sobre formas de organização»; os artigos de Ernesto Luiz Maia — «O Programa, tema de discussão indispensável» («Imprensa Popular», 13-10-1956), Horácio Macedo — «Novas idéias para interpretar a realidade brasileira» («Imprensa Popular», 20-10-1956), Tatália Possuca — «Do Culto da personalidade e suas conseqüências» («Imprensa Popular», 24-10-1956). Isso não significa que também outros não tenham abordado vários pontos ou se limitado apenas a abordar normas de debate.

Após a publicação do «Projeto de Resolução» a tendência será, cada vez mais, de entrar nos próprios assuntos, pois

a exigência de discussão deixou de ser necessária pelo simples fato de que já existe o debate.

A nova série de artigos inclui, no Rio, os seguintes trabalhos: Egidio Squeff — «Ponto Pacífico» («Imprensa Popular», 23-10-1956) em que trata de problemas do jornalismo democrático; Armando Lopes da Cunha — «O Internacionalismo e nossa posição diante do P.C.U.S.» («Imprensa Popular», 23-10-1956) sobre a polémica entre a «Pravda» e «Tribuna Ludus» discutindo nossa prostração diante do PCUS; Otávio Brandão — «A política de quadros» («Imprensa Popular», 26 e 27-10-1956), a propósito da política falsa e injusta da direção do P.C. para com os intelectuais e velhos militantes; «para começar», considera imprescindível a rutura total, violenta e definitiva com a falsa e injusta política de quadros até hoje dominante, apresentando fatos de sua vida pessoal para ilustrar suas teses; o de Egidio Squeff — «Ponto Pacífico» («Imprensa Popular», 28-10-1956) em que classifica de «um desastre» os artigos de Otávio Brandão, dizendo que «insistindo dramaticamente nos sucessivos ostracismos a que teria sido empurrado pela direção do P.C.B. o sr. Otávio Brandão (que nos desculpe) nos dá a impressão de estar de olhos acesos no caso Gomulka»; o de Lena Silveira — «A discussão e as dúvidas em torno do atual programa».

Em forma de perguntas temos de Ari Nonato — «Doze perguntas sobre o relatório de Kruschiov» («Imprensa Popular», 27-10-1956); Léo da Conceição — «Oportunistas Insultam Stálin» («Imprensa Popular», 27-10-1956) dá-nos um artigo «contra os «Machados Nettos», declarando que «muitos artigos denotam, nas entrelinhas, seu ódio ao Partido e seus melhores militantes». «Insultando Stálin — prossegue — eles que deviam lavar a boca de oportunistas de todos os matizes antes de pronunciar tais insultos, esses vermes mostram que nunca leram a História do P.C.U.S. nem a biografia de Stálin».

Hélio Bloch — «Sobre o Projeto de Resolução» («Imprensa Popular», 24-10-1956) saúda o «Projeto por abrir a discussão» e a seguir discorda de várias afirmações do documento, ao tratar de questões táticas.

Pedro Motta Lima — «Vitória da unidade socialista em Roma» («Imprensa Popular», 27-10-1956) acredita «o formidável triunfo que a unidade socialista alcançou em Roma, elegendo Giuseppe Bruno prefeito da Cidade Eterna, como um dos primeiros grandes resultados da democratização do movimento proletário», e Ernesto Luiz Maia — «O direito inalienável do povo húngaro» («Imprensa Popular», 20-10-1956) considera uma trágica lição esta «produzida em Budapeste pelo acúmulo de erros em um país socialista» e, após afirmar que não «poderia ser classificado de retrógrado o atual movimento» húngaro, considera «ilegítima, impolítica,

contrária aos interesses do socialismo e ao próprio conceito da U.R.S.S. no plano mundial a intervenção soviética na luta que se desenrola na Hungria.

A necessidade de cobrir um longo período (6-29 de outubro) e a falta de remessa regular dos jornais dos Estados impediram-nos de dar uma resenha que abrangesse todo o país, limitando-nos às 32 contribuições saldas na «Imprensa Popular» e ao número de VOZ OPERÁRIA de 6 de outubro.

Por Uma Ampla Conjunção de Forças Democráticas no Peru

ACONTECIMENTO significativo para a imprensa democrática latino-americana é a circulação, iniciada no dia 5 de outubro do corrente, do jornal progressista peruano, «Unidad», editado em Lima. A publicação do jornal tornou-se possível após a conquista de liberdades democráticas alcançada em 17 de junho naquele país, e pela consolidação das quais «Unidad» se dedica.

No editorial de seu número de lançamento — «Por uma democracia avançada e estável» — declara o jornal: «Unidad» sai para servir de expressão aos setores mais avançados e mais consequentemente progressistas da nação, aqueles que estão interessados em estruturar uma democracia estável, indestrutível isto é, avançada, dentro da qual o povo peruano possa desenvolver-se até etapas superiores de organização econômica e social nas quais nossa Pátria poderá realizar plenamente suas imensas possibilidades de progresso e felicidade».

Depois de afirmar que as recentes conquistas democráticas ainda não estão consolidadas, que há forças poderosas ameaçando-as, o editorial assinala que os setores democráticos devem passar à ação organizadora, à criação de uma grande «junção de forças democráticas que seja capaz de defender vitorosamente as conquistas de 17 de junho».

«Unidad» lutará com sua palavra e sua ação — prossegue — para que essa grande junção de forças democráticas seja uma realidade concreta no menor prazo possível. Sua contribuição não estará sujeita nem a princípios dogmáticos, nem a exclusivismos partidários. Pelo contrário, os que trabalham em «Unidad» tratamos de que essa junção de forças sociais e políticas seja tão ampla, tão vasta, que compreenda os setores mais distantes, mesmo opostos, desde que tenham algo de comum: o desejo de estruturar a democracia peruana.»

Acusado Transforma-se em Acusador da Ditadura Fascista de Salazar

MAGNÍFICO exemplo de comportamento de um militante comunista ante os tribunais da reação foi dado pelo operário Francisco Miguel Duarte, no Tribunal de Execução de Penas, no Porto (Portugal), no dia 11 de novembro de 1955. Como se sabe, a ditadura fascista de Salazar mantém encarcerados centenas de patriotas portugueses, particularmente dirigentes operários e jovens estudantes. Quando se encerra a pena a que eles haviam sido condenados, funciona então um odioso sistema pelo qual a ditadura prorroga indefinidamente o tempo de detenção, contra todas as normas jurídicas.

As perguntas do juiz e as respostas do digno filho do povo português são as seguintes:

P. — «Continua o arguido filiado ao «chamado» Partido Comunista Português?»

R. — «Em primeiro lugar devo dizer, para esclarecimento dos que ignoram e aos que supõem poder alterar a realidade por meio de palavras, que não é «chamado» Partido Comunista Português, mas sim Partido Comunista Português, autêntica e simplesmente.»

P. — «Exerce nessa associação secreta lugar de destaque, de mando, direção e orientação?»

R. — «Não respondo à pergunta por me parecer absurda, porquanto é óbvio que o Partido Comunista Português não pode ser dirigido por indivíduos que se encontrem presos. Mas declaro e afirmo, uma vez mais, que o Partido Comunista Português não é uma «associação secreta», mas sim um Parti-

do político nacional e democrático, cujos objetivos e cujos dirigentes são publicamente conhecidos; é um Partido que o governo atual teme e persegue devido precisamente à grande influência e simpatia que, como partido de massas, goza junto das largas camadas de nosso povo. Não é o Partido Comunista Português que oculta ou pretende ocultar ao povo a sua existência e os seus objetivos e fins, é o atual governo que, contrariando a opinião e os sentimentos das massas populares, impede estas de manifestarem livremente a sua profunda simpatia pelo Partido Comunista Português.»

P. — «Tem continuado, não obstante se encontrar preso, a exercer atividades subversivas?»

R. — «Dentro da cadeia, como logicamente decorre do próprio fato de me encontrar preso, não tenho feito mais, nem podia fazer mais do que estar preso, considerando por isso a pergunta sem sentido e tendenciosa. Esclareço também que a atividade dos comunistas não é uma atividade subversiva.»

P. — «A recusa que fez de se alimentar quando detido na cadeia de Caxias, teve em mira fins políticos?»

R. — «Fiz a greve de fome durante 14 dias (de 8 a 22 de outubro de 1954) como protesto contra as violências que eu e os meus companheiros vínhamos sofrendo na prisão de Caxias; como protesto contra o fato de eu e vários dos meus companheiros de cela termos sido agredidos por funcionários e guardas da referida cadeia de Caxias, no dia 8 de outubro de

1954. E devo acrescentar que as violências e arbitrariedades praticadas contra nós nas prisões de Caxias não são um fato isolado, mas sim a seqüência de muitas outras violências e arbitrariedades de que os presos políticos portugueses têm sido vítimas, na polícia e nas cadeias.»

P. — «Encontra-se arrependido dos atos cometidos e que deram origem à condenação não só como membro do «Partido Comunista Português», como também como «funcionário do Partido» e membro do seu «Comitê Central?»

R. — «Não tenho que responder a semelhante pergunta, que tenho por inadequada ao meu caso; desejo apenas declarar que não acredito que qualquer homem normal e consciente se arrependa alguma vez dos atos dignos e justos que pratica.»

P. — «Que modo de vida tinha anteriormente à sua prisão e condenação?»

R. — «Era operário numa fábrica de calçados, só não exercendo a minha profissão, quando e porque, por ser comunista, me perseguem ou me têm preso, o que não me aconteceria na imensa maioria dos países do mundo.»

P. — «Tem família constituída?»

R. — «Não tenho família constituída e disso torno responsável as autoridades que, por eu ser comunista, me têm perseguido e me têm tido preso, até agora, cerca de dezesseis anos.»

P. — «Onde vivem os seus parentes mais próximos e qual o grau de parentesco para com eles?»

R. — «Não obstante ser-me sempre agradável afirmar o grande amor e estima que sempre tive e tenho por todos os membros da minha família — porque os comunistas são verdadeiramente amigos e defensores da família — não vejo qualquer interesse em responder a esta pergunta.»

P. — «Está firmemente disposto a adaptar-se à vida honesta e a abandonar toda a atividade política quando for restituído à liberdade?»

R. — «Declaro que sempre vivi honestamente — o que a minha situação de preso político torna particularmente evidente — e repúdio com energia e indignação, como ofensivo à minha dignidade, o insulto contido na pergunta; e tenciono proceder judicialmente, no futuro, contra as pessoas ou entidades que, presentemente, se azevem a classificar de desonestas a minha conduta e a minha maneira de viver.»

«No que se refere à atividade política não respondo, por entender que, sobre o assunto, nada, absolutamente nada, tem de me ser perguntado.»

«Mas entendo dever perguntar, por minha vez, ao artigo 8.º da Constituição vigente, que garante a todos os cidadãos, entre outras coisas, a «liberdade de expressão do pensamento, sob qualquer forma», está ainda em vigor ou se já foi revogada.»

«E nada mais respondo por considerar o presente interrogatório mais um ato destinado a justificar o meu encarceramento perpétuo, o que, estou certo, não se consumará.»

Voz dos Leitores

Enganados os Garimpeiros Pela Companhia Produco

Do correspondente da VOZ em Barra do Cuieté (Conselheiro Pena — Minas Gerais) recebemos a carta que vai a seguir resumida:

"A Cia. Produco, que está explorando a escória de berilo nesta região, não paga o salário-mínimo aos seus trabalhadores e dispensa-os sem indenização, desrespeitando assim a Consolidação das Leis do Trabalho.

Engana os Trabalhadores

Há pouco, a Companhia dispensou vários trabalhadores, que entraram em luta judiciária contra ela. Por outro lado, apareceu aqui não faz muito tempo um estrangeiro que está iludindo outra turma. Disse aos trabalhadores que podiam perfurar o terreno por sua própria conta e que, quando a perfuração chegasse às escórias, a Cia. pagaria todo o serviço executado e que daí

por diante o serviço seria tocado a mela. Como o quilo de escória custava Cr\$ 14,00, caberia Cr\$ 7,00 aos trabalhadores por quilo.

Quando se chegou às escórias, entretanto, a Companhia negou-se a pagar o serviço realizado anteriormente e os encarregados baixaram o preço de Cr\$ 7,00 para Cr\$ 5,00, lesando os trabalhadores.

Unidade Contra a Intimidação

Visando a intimidar os trabalhadores, a Companhia enviou para cá um gerente, José Campos, que vive dando tiros a tórto e a direito com uma arma automática. Eles pensam assim impedir os trabalhadores de reivindicar seus direitos e obrigá-los a abandonar o serviço com perda de suas garantias, assim como continuar a roubá-los no peso (quando são 500 quilos, a "balança" só pesa 400). O encarregado do escritório, José Santana, manobra a contabilidade, e o fiscal vive irritando os trabalhadores.

Essas coisas acontecem certamente porque os garimpeiros não têm sua associação ou sindicato e não estão unidos. O caminho para a conquista de seus direitos e reivindicações é o de se unirem, lutarem juntos em sua entidade de classe."



NA MINA DO BUTIÁ

Do Sr. Mauro Taquarense de Minas do Butiá (R.S.), recebemos a carta que vai a seguir resumida:

"Aqui na mina do CADEM trabalham antigos mineiros, envelhecidos pelas duras condições de trabalho e a vida de sacrifício, que ainda são obrigados a executar serviços superiores às suas forças. Alguns trabalham empurrando carros com 800 quilos, que ficam mais pesados ainda porque não são engraxados.

Além disso, existem ainda outras preocupações para os mineiros: os salários irrisórios e os preços dos gêneros aumentando; a carne está pelos olhos da cara, o pão de alpargatas (que o mineiro gasta 1 por semana) já custa Cr\$ 30,00, e assim por diante."

APÊLO DA AGÊNCIA DE MACEIÓ

DA gerência da agência da VOZ OPERARIA em Maceió (Alagoas), recebemos:

"Sendo a VOZ OPERARIA um instrumento insubstituível para esclarecer, educar e orientar politicamente os trabalhadores e o povo, necessário se torna aos nossos agentes e leitores assumir a responsabilidade de assegurar sua regular circulação. Disso dependerá que a VOZ exerça realmente seu papel.

O produto da venda de nosso jornal é sua única fonte de renda. Faltando essa fonte, torna-se impossível enfrentar as despesas com sua circulação. Levando em consideração o alto custo do frete aéreo, o atraso nos pagamentos só nos leva a sérios apertos e dificuldades.

Exemplos que devem ser seguidos pelos nossos agentes são os dos bairros do Poço e Prado, e no interior, dos municípios de Murici, Arapiraca e Pão de Açúcar, que demonstram responsabilidade no trato com nosso jornal.

Finalizando, queremos fazer um apelo aos nossos agentes, amigos e leitores, no sentido de que efetuem com pontualidade os pagamentos que lhes cabem. Assim é que demonstrarão seu interesse pela regular circulação da VOZ OPERARIA."

Araraquara Contra Criação de Novo Imposto de Luz

ARARAQUARA, S. P. (Do correspondente A. Pedrosa Pinto Filho) — O atual prefeito de Araraquara, que foi eleito por ter-se apresentado ao eleitorado com um programa de interesse popular, não está correspondendo às esperanças do povo.

Apesar de ter demonstrado boa vontade, aumentou exageradamente os impostos, querendo pagar as dívidas acumuladas durante anos por seus antecessores. Isso, entretanto, foi feito de uma maneira tão violenta que está sacrificando a parte pobre da população da cidade.

A Bond And Share

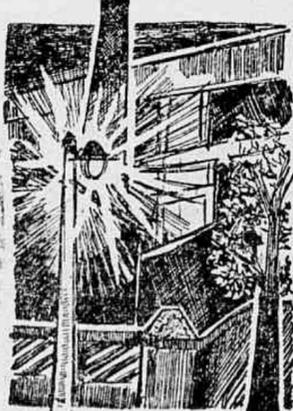
Todavia, o mais grave foi o projeto enviado e aprovado pela Câmara a pedido do prefeito, criando a taxa de iluminação pública que se destinará à colocação de luz elétrica nos bairros. Não se justifica esta nova extensão uma vez que Araraquara é desservida pela Cia. Paulista de Força e Luz (Bond and Share), que no corrente ano aumentou suas tarifas por duas vezes (uma de 15% e outra de Cr\$ 0,30 por quilowatt).

Este truste americano faz e desfaz na cidade, não fornece luz de 120 volts há anos, como se comprometera, mas sim de 60 e 90. Com as bruscas quedas de voltagem, queimam-se lâmpadas, válvulas e aparelhos elétricos (o que vai dar lucro às companhias americanas de materiais elétricos).

Revogação do Aumento

A população não se conformou com o aumento e tem se movimentado para obter sua revogação. O presidente da Câmara, após uma reunião de políticos com o prefeito, distribuiu nota à imprensa prometendo em nome da edilidade a revogação do aumento.

Para conseguir luz nos bairros, todavia, o povo deve intensificar sua luta, unindo-se a partir de cada rua e bairro, e exigindo seu direito. Os habitantes do Jardim São Paulo, por exemplo, encaminharam um memorial à Câmara, pedindo este melhoramento, encabeçado pelo sr. Lydionette Leal Salgado.



CRIADA COMISSÃO CONTRA A CARESTIA

(Do Correspondente da VOZ em Araraquara (S. Paulo))

FOI recentemente criada em Araraquara (S. P.) uma Comissão de Luta Contra a Carestia da Vida, que distribuiu aos trabalhadores e ao povo daquela cidade paulista um manifesto sobre a sucessiva elevação de preços e sugerindo um plano de medidas para sustá-la. A Comissão é dirigida pelos srs. João Vergara (presidente), Olinda Othon Montanari (vice), Benedito Antônio Barbieri (secretário-geral), Francisco Benedito (1.º secretário), Jofre Ferreira da Costa (2.º secret.), Ogenirio Ferreira (1.º tesoureiro), e José Torres Augusto (2.º tesoureiro), além de 12 vogais.

Reivindicações

O documento acrescenta que a Comissão, em conjunto com as subcomissões organizadas nos bairros, elaborou o seguinte plano de reivindicações:

1. Tabelamento dos gêneros essenciais

e afixação das tabelas à vista do público;

2. Venda dos gêneros de primeira necessidade pela COMAP, em todas as feiras-livres;

3. Instalação de feiras-livres em todos os bairros, no mínimo dois dias por semana;

4. Inclusão na COMAP de membros indicados pelas entidades sindicais;

5. Idem de fiscais, em número suficiente para eficiente fiscalização;

6. Pagamento do salário-mínimo em vigor, inclusive o de adulto aos menores não aprendizes; e aos trabalhadores rurais e municipais;

7. Medidas junto aos poderes municipais para sustar a onda de aumento de tributos que vem asfixiando o povo;

8. Respeito à Constituição e aos direitos individuais.

A BATALHA DA DIFUSÃO

SÉRIA responsabilidade cabe — agora mais que antes — aos nossos agentes das capitais e das cidades do interior quanto à difusão da VOZ OPERÁRIA.

As importantíssimas questões suscitadas pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, e que hoje são objeto de amplo debate em quase todo o mundo estão agora sendo discutidos nas colunas dos jornais populares de nosso país. Não se trata apenas de uma discussão sobre o culto à personalidade de Stálin e suas consequências na U.R.S.S., mas também sobre teses e conceitos vitais dos comunistas brasileiros, sobre a realidade brasileira e sobre o Programa, os métodos de trabalho e o dia-a-dia.

Evidentemente a difusão regular da VOZ OPE-

RÁRIA, nessas circunstâncias excepcionalmente favoráveis deve atingir nova altura. É necessário que nossos agentes, leitores e amigos atentem para esse fato.

Frequentemente, nos últimos meses, a redação da VOZ tem sido obrigada a adiar a publicação de materiais de grande importância ou a fazê-la em resumos porque a situação financeira da empresa não permitia a edição de um suplemento ou o aumento do número de nossas páginas. Trata-se, como se vê, de um obstáculo à realização das tarefas políticas do jornal.

Isso não ocorreria, entretanto, se o pagamento das agências fosse regular e permanente. É exatamente por isso que queremos dirigir este comentário particularmente àquelas agências que não

estão efetuando o pagamento normalmente, que deixam os mesmos se atrasar ou estão com dívidas acumuladas, e fazer-lhes um apelo no sentido de considerar essa situação e essas circunstâncias e fazer realmente esforços para saldar seus débitos e regularizar seus pagamentos. Essa será uma maneira concreta e eficiente de demonstrar o grau de seu interesse pela ampla discussão dos problemas políticos e teóricos que vieram à tona após o XX Congresso e de contribuir para que nossos leitores e amigos vejam respondidas suas indagações e dúvidas.

Não exigimos desses agentes milagres nem «viradas» da noite para o dia. Acharmos que um ponto pacífico, o passo mais elementar, deve ser o pagamento normal e

Falecimento

Faleceu no dia 15 de outubro, em Macaé (Estado do Rio), a dedicada militante comunista Leonídia Rodrigues dos Santos, esposa do camarada R. do Rosário Coutinho. Grande número de amigos da família e companheiros esteve na residência da família enlutada para apresentar-lhe pesames.

(Do correspondente da VOZ em Macaé — Estado do Rio)

imediate de cada cota que fôr recebida de agora em diante. É necessário impedir que os pagamentos se atrasem e que cresçam as dívidas porventura já existentes. Feito isso, cada agência que tenha dívidas atrasadas deve estudar concretamente os meios de pagá-las o mais cedo possível e, se fôr necessário, inclusive resgatar a dívida em prestações — depois de consultar a Matriz e apresentar-lhe propostas para acordos.

Acreditamos que nossos agentes saberão atender este apelo, contribuindo, assim, para que a VOZ OPERÁRIA possa elevar sua participação no atual debate, aumentar seu número de páginas e exercer plenamente o papel político que tem à sua frente.

VOZ OPERÁRIA

Director-Responsável

Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17.º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

	Cr.\$
Anual	100,00
Semestral	50,00
Trimestral	25,00
Núm. avulso	1,50
Núm. atrasado	2,00
Aérea ou sob registro, despesas a parte ..	
Preço no R. G. S. Sta. Catarina e Paraná	2,00
Distrito Federal e São Paulo	1,50

SUCURSAIS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n.º 84 s/ 29, 2.º and. — Tel. 37-4983.
 PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n.º 66, s/ 43.
 RECIFE — Rua Floriano Peixoto n.º 85 — 3.º and. — s/ 326.
 FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n.º 1.248 — s/ 22 — Tel. 1-13-03.
 SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada).
 JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1.º and. — Salas 3 e 4.
 Endereço Telefônico da Matriz e das Sucursais:

VOZPÉRIA

Possível e Necessário o Reexame Do Projeto Que Institui a RFFSA

O PROBLEMA DAS FERROVIAS BRASILEIRAS RECLAMA UMA SOLUÇÃO REALISTA E URGENTE — ALGUNS ELEMENTOS POSITIVOS DO PROJETO — AS ENTIDADES FERROVIÁRIAS PODEM CONTRIBUIR PARA UMA SOLUÇÃO ADEQUADA

MAIS DE UMA DEZENA de associações ferroviárias pronunciaram-se, em manifesto, contra o projeto de criação da Rede Federal Ferroviária S.A., que transfere as ferrovias da União em sociedades anônimas.

Em reportagem anterior, destacamos algumas razões pelas quais nos parece necessário o reexame da questão, pois de tal gravidade e tamanha importância é o problema de nossas ferrovias, que não pode ser encarado de maneira apenas negativista nem através de teses gerais, cuja justeza não foram sequer comprovadas.

No caso do projeto que institui a R.F.F.S.A. o ponto de partida, para apreciá-lo, deve ser: 1) a situação concreta das ferrovias e o exame das soluções executáveis, para tirá-las, no mais curto prazo, do descalabro em que se acham; 2) e o próprio texto do projeto.

Em nossa última edição apresentamos uma série de dados que demonstram ser insustentável a situação atual das ferrovias. Os "deficits" acumulam-se, de forma crescente, de ano a ano. Este ano é estimado em mais de 12 bilhões de cruzeiros. A receita é inferior às folhas de pagamento. O material — desde trilhos a locomotivas e vagões — além de insuficiente numericamente, encontra-se no estado mais precário. Cerca de 40 por cento das locomotivas, por exemplo, são praticamente impréstitáveis, enquanto a maioria tem mais de 30 anos de uso.

O resultado de tudo isso é o agravamento dos "deficits" do Estado, que tem de cobrir o "deficit" crescente das ferrovias, concorrendo isto para acentuar a inflação; a falta de transporte para o escoamento da produção, o que influencia bastante na alta do custo da vida; a verdadeira tragédia do transporte de passageiros em estradas como a Central do Brasil e a Leopoldina.

INADIÁVEL O PROBLEMA DAS FERROVIAS

Evidentemente, nenhum governo será capaz de atacar os problemas fundamentais da economia brasileira nem combater com êxito o processo inflacionário sem atacar frontalmente o problema ferroviário, entre outros.

Será o projeto de criação da R.F.F.S.A. a solução mais prática e adequada, na atual conjuntura do país?

ELEMENTOS POSITIVOS DO PROJETO

No que concerne ao projeto em si pode-se afirmar que não existe nele a temida possibilidade de colocar as ferrovias sob o controle dos monopólios norte-americanos ou mesmo de grupos econômicos nacionais. Ou, pelo menos, o perigo disto acontecer através da R.F.F.S.A. será igual ao que pode ocorrer com a Petrobrás, Volta

Redonda, etc. A R.F.F.S.A. será uma empresa mista, na qual preponderarão os capitais do Estado (51%), de outras empresas de economia mista, e de governos estaduais e municipais. A influência de grupos econômicos, se a houver, será mínima ou inexistente.

Outra questão refere-se ao regime das ferrovias. O projeto governamental coloca-as sob o regime de empresa quando atualmente funcionam sob o regime de serviço público. A experiência da Petrobrás, de Volta Redonda, etc., indica que o regime de empresa se apresenta, no caso, mais rentável e mais prático. A eliminação de uma série de entraves burocráticos (como, por exemplo, a espera da aprovação de créditos pelo Congresso, a subordinação ao Código de Contabilidade da União, o emprego), torna superior o regime de empresa ao de serviço público nas organizações de capitalismo de Estado.

Finalmente, há a questão da coordenação dos serviços ferroviários. Como se sabe, o atual sistema de estradas de ferro brasileiras foi construído à base dos chamados "ciclos econômicos", procurando atender aquelas regiões produtoras de determinados produtos de exportação. Daí a irregularidade e descontinuidade no traçado dos sistemas, o que acarreta incontestáveis prejuízos à economia nacional. Tentando estabelecer um órgão coordenador, o projeto de criação da R.F.F.S.A. possibilita a execução de planos de conjunto, a distribuição mais racional dos recursos e da mão de obra, etc.

Estes são, a nosso ver, os elementos positivos do projeto governamental.

O PLANO DA RFFSA

O projeto de criação da R.F.F.S.A. propõe-se: 1) reorganizar técnica e administrativamente as estradas de ferro; 2) transformar as entidades ferroviárias em empresas essencialmente industriais; 3) combater os "deficits"; 4) distribuir melhor a mão de obra e enfrentar a deficiência de aparelhamento que encarece o custo dos transportes; 5) tornar mais uniformes e mais adequadas as tarifas; 6) regular a existência de pequenas ferrovias de fraca densidade de tráfego, mas com dispendiosa administração e mau aproveitamento de materiais e instalações. Pretende elevar o número de vagões e locomotivas, construir 1.475 quilômetros de linhas, melhorar as instalações, etc.

Visando a eliminação de "deficits" desnecessários o plano prevê a retirada de 1.596 quilômetros de linhas que, segundo alguns técnicos, poderão ser melhor servidas por ônibus e estradas de rodagem, com vantagens para as populações que atualmente utilizam essas linhas.

Como se vê, o lado técnico do projeto é complexo e exige um estudo mais aprofundado de seus detalhes. Do mesmo modo precisa ser estu-

da a situação dos ferroviários. Embora ninguém desconheça a necessidade de uma utilização mais racional do pessoal das ferrovias, de modo a terminar o que hoje se verifica — a hipertrofia de funcionários em determinados setores, especialmente burocráticos, a carência noutros serviços — não se pode admitir, entretanto, que a transformação das ferrovias em empresas mistas lese direitos dos ferroviários e resulte numa redução de seu nível de vida. Neste ponto o projeto deveria merecer maior estudo das entidades ferroviárias, que poderiam sugerir, concretamente, medidas práticas para uma utilização mais adequada do pessoal das ferrovias e que mantenham, ao mesmo tempo, os direitos e conquistas dos trabalhadores.



O sr. Herbert Moses discursa durante um coquetel, por ocasião da Conferência dos Jornalistas, em Goiânia, quando reafirmou a decidida posição da ABI contra o projeto de lei de imprensa. Na foto vêem-se ainda os srs. Geraldo Vale e Willi Aurelli, presidentes das associações de imprensa de Goiás e São Paulo, respectivamente.

ninamente, uma posição firme de combate a esta lei e de defesa intransigente da Constituição.

«A liberdade de imprensa — afirma a Declaração da III Conferência — é a pedra angular de outras liberdades: a liberdade de reunião, de crença, de cátedra, de locomoção e, notadamente, a liberda-

UNANIME A III CONFERÊNCIA DOS JORNALISTAS

«A LIBERDADE DE IMPRENSA É A PEDRA ANGULAR DAS OUTRAS LIBERDADES»

FORAM aprovadas por unanimidade as principais resoluções da III Conferência Nacional de Jornalistas (160 delegados). No importante encontro dos profissionais da imprensa brasileira (Goiânia, 21-25 de outubro) não houve clima para que uma pequena minoria encontrasse palco a manobras e provocações de cunho golpista, a pretexto do combate à projetada lei de amodamento da imprensa. Os jornalistas adotaram, una-

de sindical. O cerceamento de qualquer dessas liberdades importaria na debilitação das demais e conduzirá, necessariamente, à destruição do regime».

«Diante disso — acrescenta — a III Conferência Nacional de Jornalistas conclama todo o povo brasileiro, pessoas de todas as convicções e condições, associações profissionais, esportivas, culturais, entidades sindicais, estudantis e outras, para participarem ativamente da luta em defesa de todas as liberdades, particularmente da liberdade de imprensa, para que seja derrotado o projeto de lei contra a imprensa enviado ao Congresso Nacional».

Através de seu representante, jornalista Danton Jobim, o sr. Juscelino Kubitschek enviou uma mensagem ao conclave na qual lembrou sua promessa de que, em seu governo, «a imprensa gozará de todas as garantias para exercer a alta missão que desempenha na sociedade» e afirmou que «essas garantias jamais faltarão aos jornais e aos jornalistas».

Referindo-se ao projeto de Lei de Imprensa, o sr. Kubitschek declarou que cabe ao Congresso Nacional, «examiná-lo, emendá-lo se achar necessário e pronunciar-se, afinal, sobre o seu destino, através de debates amplos e deliberações públicas» e que compete aos jornalistas, «mais que a ninguém, cooperar na elaboração das medidas legislativas de modo que possam contribuir, no caso presente para que o projeto venha a ser escolhido de qualquer erros ou excessos porventura nele existentes». Finalizando, o presidente da República formulou votos «para que essa conferência de Goi-

nia recolha, coordene e faça chegar, à Câmara dos Deputados, formulas ou sugestões que possam aperfeiçoar o texto da futura Lei de Imprensa, a fim de que, ressalvada a proteção dos bens morais, que se pretende resguardar, seja preservada, entretanto, nessa Lei a mais ampla garantia para o livre exercício da profissão jornalística».

A Conferência aprovou, ainda, outras resoluções importantes, entre as quais: 1) — pelo direito de greve, contra o decreto 9.070; 2) — apoio à política atômica do governo; 3) — apoio à Petrobrás, pela distribuição do petróleo por empresas nacionais; 4) — estudo de propostas do «Estatuto do Jornalista Profissional»; 5) — por melhores salários para os jornalistas, pela extensão das melhorias salariais conquistadas no Rio e São Paulo aos demais Estados; 6) — solidariedade às diretorias sindicais eleitas no Rio e Bahia, contra os recursos visando anular sua eleição.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SERVIDORES

Realiza-se no Rio a Primeira Conferência Nacional das Associações de Servidores Públicos Civis do Brasil, convocada pela UNSP em cumprimento de resolução aprovada no III Congresso (Salvador — julho de 1956). Segundo estabelecem as normas da reunião, seu objetivo é «definir a melhor forma de organização e unificação dos servidores públicos federais, estaduais, municipais, autárquicos e das verbas globais». Serão debatidos também outros assuntos urgentes, notadamente a questão da classificação do funcionalismo.

Os servidores públicos, no Brasil, possuem numerosas organizações, desde o âmbito nacional e estadual até municipal e local. Algumas são de setores específicos (como a dos servidores postais e telegráficos, de caráter nacional), outras de finalidades beneficentes, reivindicatórias, etc.

Quanto à classificação de cargos, é a grande reivindicação de todo o funcionalismo brasileiro e, conseqüentemente, uma poderosa razão para a unificação e organização nacional dos servidores. O projeto de classificação enviado pelo Executivo ao Congresso, apesar de ser considerado um passo à frente, não foi bem recebido pelos servidores. Argumentam eles que o projeto é além de incompleto, cheio de contradições e que institui o regime da proteção e do filiotismo nas promoções.

Em vista disso diversas entidades de servidores constituiram uma Congregação Nacional para elaborar um substitutivo em torno do qual procurarão unir o funcionalismo.

Plataforma Unitária a Carta Econômica da CNTI

NO TRANCURSO de seu 10º aniversário, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria definiu sua posição em face a problemas essenciais da nação, em importante documento — a Carta Econômica da CNTI — ratificado pelas federações sindicais (que representam cerca de 800 sindicatos operários) filiadas.

O documento apresenta cinco reivindicações, «consideradas pelos trabalhadores como vias pacíficas que se podem abrir ao desenvolvimento material e espiritual de nossa pátria». São as seguintes as cinco reivindicações: 1) — contenção dos preços; 2) — reajustamento geral e imediato dos salários; 3) — salário móvel; 4) — estímulo ao desenvolvimento industrial; 5) — reforma agrária.

«São estes os pontos — diz a Carta Econômica da CNTI — que nós, trabalhadores, consideramos cardiais para solução dos problemas econômicos brasileiros. Sua aplicação exige a mobilização de todas as forças vivas da nação. Em torno de assuntos tão graves e tão sérios não há lugar para o debate de questões pessoais, de interesses partidários ou de ressentimentos de grupos. É triste verificar que, infelizmente, a grandeza dos problemas contrasta com a pequenez das soluções de cunho político.»

«Os trabalhadores na Indústria, voltados

para os supremos interesses do país, proclamam que é chegada a hora de cessarem os ruídos estereis produzidos por aqueles que querem ensurdecer o Brasil, interceptando-lhe os ouvidos para que não ouça os ritmos puros do progresso, da riqueza e da prosperidade! É preciso que se destruam as suscitíssimas forjas de onde sopram os ventos da desordem, propositadamente desencadeados para perturbar a paz e a tranquilidade dos que trabalham! É preciso que os maus políticos, os maus juizes, os maus legisladores, os maus administradores, os maus brasileiros, enfim, levem os acampamentos particulares, que ousaram construir sobre os legítimos interesses nacionais, para explorar uma comunidade que só deseja trabalho, honestidade, harmonia e progresso! É preciso que as paixões arrefeçam e que os espíritos se desarmem, sem os artificios manhosos que se escondem por trás das manobras de duvidosas pacificações políticas, em detrimento da verdadeira paz interna.»

A Carta Econômica da CNTI vem encontrando repercussão favorável entre os trabalhadores, que nela reconhecem um documento objetivo e unitário, em torno do qual podem cerrar fileiras as forças do trabalho para lutar por uma solução concreta, viável, de imortantes e urgentes problemas econômicos do país e do povo.

CONFERÊNCIA DE LAVRADORES EM GOIÁS

NOS DIAS 13 e 14 últimos realizou-se, em Goiânia, uma Conferência de Lavradores, que adotou resoluções sobre problemas de interesse para os camponeses e trabalhadores agrícolas. Participaram da reunião cerca de duzentos delegados, em sua maioria vindo dos municípios do Interior do Estado. A Conferência contou com a solidariedade dos operários e de seus sindicatos, tendo sido oferecido, pela Federação dos Empregados na Indústria, um churrasco aos delegados.

Para velar pelo cumprimento das resoluções foi eleita uma comissão permanente constituída de deputados, dirigentes de organizações camponesas e sindicatos operários.

O governador do Estado, bem como prefeitos e Câmaras municipais, fizeram-se representar na instalação da Conferência.



AS FOTOS mostram alguns aspectos da situação em Dracena: 1) — um lavrador, com sua família, junto ao casebre em que reside e que é feito de troncos, coberto com cascas de árvores; está ameaçado de despejo, pois o fazendeiro quer plantar capim na roça; 2) — grupo de pequenos sítiantes, proprietários de 10 alqueires em média, impossibilitados de plantar por falta de financiamento; 3) — não somente as roças são transformadas em pastagens; também as matas são indiscriminadamente derrubadas e substituídas pelo capim.

Centenas de Arrendatários na Miséria em Dracena

OBRIGADOS A DEIXAR AS TERRAS EM QUE PLANTAVAM E QUE FORAM TRANSFORMADAS EM PASTAGENS, OS LAVRADORES ENCONTRAM-SE ATUALMENTE SEM DINHEIRO E SEM TERRA PARA PLANTAR — OS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS ENFRENTAM, IGUALMENTE, ENORMES DIFICULDADES, POR FALTA DE FINANCIAMENTO — SÃO URGENTES PROVIDÊNCIAS DO GOVERNO PARA AJUDAR OS CAMPONESES

OS ACONTECIMENTOS que comoveram Dracena, nos últimos dias do mês findo, quando centenas de lavradores — arrendatários e pequenos proprietários — realizaram uma passeata pacífica pela cidade, pedindo ao prefeito e às demais autoridades comida e financiamento para a lavoura, deixaram de aparecer nas manchetes da imprensa. Mas a situação daqueles homens, mulheres, crianças e velhos não se modificou: a fome continua a perseguí-los.

E bem verdade que as autoridades de Dracena — Prefeitura, Câmara Municipal, o juiz — bem como alguns comerciantes, tomaram diversas medidas para minorar a situação de miséria que os lavradores estão enfrentando, mas também é verdade que dia a dia, aumentam as

dificuldades daqueles lavradores. As autoridades municipais autorizaram um crédito de 50 mil cruzeiros num armazém da cidade, fornecendo gêneros de primeira necessidade aos famintos. O fornecimento foi, porém, absorvido e a situação voltou a piorar.

TERRAS FÉRTEIS CONVERTIDAS EM PASTAGENS

É de extrema dificuldade a situação dos lavradores, em Dracena como em toda a Alta Paulista. Esta situação se reflete nos próprios jornais da região. Na Fazenda Floresta, de Jaciporã (Dracena), por exemplo, os arrendatários enfrentam a miséria, pois não foram atendidos pe-

lo governo as reivindicações que apresentaram. Os lavradores que não possuem terra e precisam arrendar pequenas áreas, desejam que os donos das terras ou o governo lhes forneçam dinheiro ou gêneros, no período em que vigoram os contratos de arrendamento. Sem isso não poderão trabalhar na terra, pois não possuem um centavo.

Mas os fazendeiros estão arrendando as terras com uma única condição: que os arrendatários, após um ano, deixem a roça, deixando a mesma coberta do capim. A transformação de terras férteis em pastagens está sendo uma das causas da miséria das lavradores. Os fazendeiros, donos das propriedades, transformando em invernadas suas terras, para criação de gado, jogam milhares de trabalhadores ao desemprego.

QUEREM AUXÍLIO DOS BANCOS

A transformação de grandes áreas de terras de lavoura em pastagens exige do governo atenção: cria-se o problema de garantir aos lavradores terras para plantar, o que põe na ordem do dia medidas mais profundas visando facilitar a milhares de camponeses o acesso à terra. A-

liás, esse é um problema ligado ao aumento da produção agrícola e ao abastecimento de toda a população com produtos da agricultura.

Os lavradores reclamam, entre outras medidas, auxílio financeiro em bases compatíveis com suas posses. O Banco do Estado de São Paulo está concedendo empréstimos, mas exige dos lavradores o endosso de um fazendeiro proprietário rural, que garante o pagamento do empréstimo. Os fazendeiros estão se negando a endossar os empréstimos, o que vem tornando praticamente impossível aos arrendatários obter, financiamento do Banco.

O Banco do Brasil, porém, faz pior: nega-se a conceder empréstimos aos arrendatários e aos lavradores pobres daquela região, abrindo-lhes o caminho da ruína.

UM EXEMPLO

O arrendatário Joaquim Santana, da Fazenda Floresta, é um exemplo. Após o plantio do capim na terra que arrendara, foi ameaçado de despejo pelo dono da terra, que pretende expulsá-lo do casebre (caindo) em que morava. Participou das manifestações realizadas em Dracena, exigindo providências do governo para a situação em que se encontram os lavradores da região. Continua aguardando uma solução, enquanto sua família passa fome. Depois de algumas providências iniciais, as autori-

dades do município reforçaram o policiamento em Dracena, com o fim de impedir outras manifestações, e nada mais fizeram.



Lavradores Apóiam Iniciativa do Governo do Espírito Santo

REALIZOU-SE, em Vitória (Espírito Santo), no dia 14 de outubro, uma reunião preparatória da Conferência de Lavradores do Estado. Delegações de numerosos municípios do Interior, constituídas por fazendeiros, colonos, meeiros, posseiros, etc., alguns dos quais prefeitos ou ex-prefeitos de seus municípios, participaram da reunião, que se realizou na sede do

Sindicato dos Estivadores e contou com a presença de destacadas personalidades.

Os presentes debateram a mensagem do governador Lacerda Aguiar à Assembléia Legislativa, propondo a criação da Associação dos Lavradores do Espírito Santo. A Associação funcionará como autarquia, sendo seus órgãos administrativos e deliberativos — chamados câmaras agrárias — eleitos pelos próprios lavradores associados. A mensagem do governador está encontrando boa acolhida em diversos setores, inclusive entre camponeses.

Na reunião falaram líderes sindicais, oferecendo o apoio e a colaboração dos trabalhadores aos seus irmãos do campo.

Os lavradores dirigiram-se à Assembléia Legislativa, onde foram recebidos pelos deputados, palestrando com os mesmos a respeito da mensagem governamental. Estiveram, ainda, com o governador Lacerda Aguiar, que lhes assegurou apoio à Conferência, marcada para realizar-se nos dias 24 e 25 de novembro.

Na reunião foram eleitas as comissões Executiva, de Propaganda, de Finanças e os patrocinadores honorários do coelhaço, tendo sido aprovado o teor do manifesto de sua convocação.

PROJETO SOBRE O TRABALHO RURAL

NAO CHEGOU, ainda, a plenário, o projeto sobre o trabalho rural. A urgência para o mesmo não foi, pois, requerida, havendo outros projetos na frente. Esse fato permite aos trabalhadores rurais e a suas organizações, bem como a todos os interessados em regulamentar a aplicação, no campo, da Consolidação das Leis do Trabalho e de sua legislação complementar, um estudo mais acurado da matéria, de modo a que possam contribuir para melhorar o projeto naquilo que ele apresenta de lesivo a certos direitos dos assalariados agrícolas e colonos.

Como dissemos em nossa última edição, o projeto apresenta importantes vantagens para os trabalhadores, determinando, inclusive, providências visando a extensão da previdência social ao campo. Ao mesmo tempo, porém, algumas de suas disposições atingem direitos fundamentais dos assalariados e colonos. A estes cabe lutar pela melhoria desses aspectos do projeto, bem como assegurar a necessária cobertura para sua aprovação e para impedir que os representantes dos latifundiários consigam lesar os trabalhadores na discussão e votação que se aproxima na Câmara.



EM ARMAS O POVO DO EGITO PARA A DEFESA DA SUA INDEPENDÊNCIA

Agravou-se sobremaneira a crise no Oriente Médio que, nas últimas semanas, parecia encaminhar-se para uma solução negociada, depois que as primeiras tentativas de intervenção franco-britânica foram rechaçadas e que a Grã-Bretanha e a França, embora a contragosto, recorram ao Conselho de Segurança. A consumação que agora se realiza de antigas ameaças não pode mais ser classificada como um perigo de guerra. Trata-se da própria guerra. Em que limites será possível circunscrevê-la, quais os meios próprios para deter a agressão e obrigá-la ao recuo, eis a nova questão na ordem do dia.

pelos dirigentes árabes. O inesperado é que duas grandes potências — Grã-Bretanha e França — ao mesmo tempo que, no plano diplomático fingiam aceitar, inclusive junto a seus aliados, o prosseguimento das negociações iniciadas no Conselho de Segurança armassem um bote criminoso que não é apenas contra o Egito, mas contra todo o mundo árabe e, mesmo, contra a paz geral.

O VETO A SERVIÇO DA AGRESSÃO

Após a invasão do território egípcio, reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Segurança da O.N.U. para deliberar. O próprio governo de Tel Aviv não se preocupava em disfarçar sua face de agressor. Pelo contrário, comunicara o início da invasão, dela assumindo plena responsabilidade.

Pela Carta da O.N.U. impunham-se ao Conselho duas medidas: ordenar a cessação da invasão e providenciar para que o conflito não se alastrasse. Esse o sentido do projeto de resolução norte-americana imediatamente apresentado (durante a crise de Suez, como se sabe, os norte-americanos não se têm mostrado, por razões diversas, interessados em um con-

fito militar em grande escala naquela zona do mundo).

Com a proposta dos Estados Unidos votaram além de seu representante, a União Soviética, Iugoslávia, o representante do Taipé, o Irã, além de Cuba e Peru (7 votos ao todo). Abstiveram-se: Austrália (membro da Comunidade Britânica) e a Bélgica. A Grã-Bretanha e a França recorreram, então, ao direito de veto, que nunca fora usado para impedir um apelo a favor da paz. A seguir, a URSS apresentou uma outra proposta, solicitando ordem de retirada das forças israelenses do Egito e a imediata suspensão de hostilidades (emenda de Taipé). Também essa iniciativa caiu sob o veto anglo-francês.

ULTIMATUM AO PAÍS AGREDIDO

Entretanto, Gui Mollet e Eden haviam enviado um ultimato ao Egito e Israel para que suspendessem o fogo sob pena de... ocupação imediata da zona de Suez. Isto é: as duas potências ameaçavam o agredido com uma nova agressão em maior escala se não se abdicasse do direito de repelir invasores em seu território.

Rejeitado por Nasser a exi-



gência imperialista, foi ordenada a invasão.

ATAQUE PRECONCEBIDO

É perfeitamente claro que Londres e Paris estudaram minuciosamente a nova fórmula e a combinaram com os estadistas israelenses. Isso se tornou patente pela ação bilateral que já os vinha caracterizando no caso de Suez, no qual agiram muitas vezes mesmo à revelia dos Estados Unidos. Os termos do ultimato e seu prazo de validade demonstram que a Inglaterra e a França agem como acionistas, da nacionalizada «Cia. Universal de Suez» e tentam subverter a ordem em um país soberano e recuperar postos de que foram banidos por uma luta nacional.

As conseqüências de seu ato de banditismo são incalculáveis. Do Oriente Próximo pode partir um rastilho de guerra em toda a zona leste do Mediterrâneo oriental. A paz mundial está em perigo.

A solidariedade dos povos ao Egito, que trava uma legítima luta de sobrevivência nacional, a resistência patriótica e a ação das grandes potências como a U.R.S.S., os Estados Unidos, a Índia e a China podem, entretanto, localizar e extinguir o conflito. Os próximos dias dirão dessas possibilidades concretas.

VINTE MILHÕES PARA OS JORNAIS DO POVO

Os últimos resultados da Campanha no Distrito Federal (cuja quota é de Cr\$ 7.300.000,00) são os seguintes: realizado — Cr\$ 4.092.922,00 (56,06%); a realizar — Cr\$ 3.207.078,00 (43,94%).

Prosegue animada a emulação entre os clubes cariocas, visando conquistar o direito de terem seus nomes inscritos na nova rotativa (para os que cobrirem ou superarem suas quotas). Até o momento, os clubes Iracema e Cabanagem inscreveram seu nome em placa de prata, e quase quarenta outros em placa de bronze.

Na última apuração do disputado concurso para a eleição da «Rainha da Imprensa Popular», ocupam os dez primeiros lugares as candidatas Maria Tereza (22.420 votos), Janete Massaguera (15.030), Lezir de Souza (14.000), Maria Amélia (12.620), Maria Dulcinea (9.267), Lucy Cavadas (6.635), Elza Lipis (6.610), Alzira dos Santos (6.095), Diná Silva (5.491) e Rejane Matias (5.302).

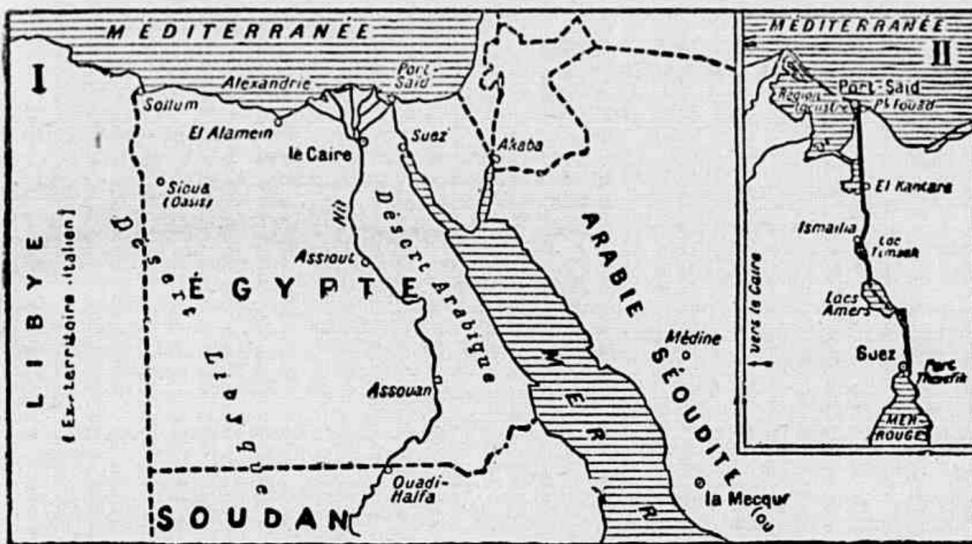
As comissões cariocas, responsáveis por uma considerável parcela dos Vinte Milhões, estão desenvolvendo acirrada emulação entre si. Os últimos resultados indicavam a seguinte colocação das principais: Leônidas Resende, 140,9%; Setembrinos, 104,5%; Espartaco, 100%; Vitória, 99,6%; Henrique Dias, 91,6%; Angelini, 91,2%; Floriano Peixoto, 90,3% e Zélia Magalhães, 82%. A comissão Leônidas Resende, anteriormente do grupo C (quota: Cr\$ 200 mil), pediu promoção para o grupo B (quota: Cr\$ 250 mil) e agora para o grupo A, no qual comprometeu-se a arrecadar Cr\$ 400.000,00.

REDATORA DE «NOTÍCIAS DE HOJE» À VOZ OPERÁRIA

DA JORNALISTA Raquel Silva recebemos o seguinte telegrama:

«Contrária à opinião de alguns colegas da redação de «Notícias de Hoje», congratulo-me com a direção desse órgão pela suspensão dos debates. Esse jornal não pode servir a individualistas. Seu objetivo é servir à coletividade. Portanto, muito justa a atitude. As.» — RAQUEL SILVA, redatora.

N. da R. — O telegrama da jornalista Raquel Silva refere-se à carta que redatores, repórteres, fotógrafos e outros funcionários de «Notícias de Hoje» enviaram a VOZ OPERÁRIA (publicada em nossa edição anterior) manifestando estranhamento pela suspensão, em nossa edição de 13 de outubro, do debate sobre os temas decorrentes das análises do XX Congresso do PCUS. O debate, suspenso naquela edição, foi reaberto, em nossa edição seguinte, e prossegue. A inserção do telegrama da jornalista Raquel Silva não significa estarmos de acordo com o seu ponto de vista.



CONCLUSÃO DA PAGINA CENTRAL

qual as massas brasileiras procuram abrir caminho ao desenvolvimento social em nosso país. Isto porque são elas de fato, e não o Partido, as verdadeiras portadoras desse desenvolvimento social, são elas que trazem em si os germens do futuro.

Justamente por não compreendermos a preponderância do papel das massas, exageramos desmedidamente o «reforçamento» do Partido. De estado-maior que se dizia, transformara-se num verdadeiro exército — se bem que desarmado — com seus regimentos, batalhões, departamento de compras, benefícios, etc. Desenvolveu-se em nosso meio uma mentalidade de seita, daninha e feroz. O misticismo se apossou da maioria dos comunistas e se erigiu toda uma teoria sobre a infalibilidade do Partido e de seus dirigentes. Neste ambiente se materializaram as concepções populistas, surgiram os «cheróis», as manifestações aventureiras.

Não podemos em sua consciência dizer que o Partido, através de seus 34 anos de existência, tenha expressado os legítimos sentimentos das massas, os interesses progressistas da sociedade brasileira. Subjetivamente o temos feito. Porém é certo que mal conseguimos nestes últimos anos disfarçar o material importado, procurando acondicioná-lo numa embalagem nacional.

Mas, daí, não se pode concluir que o Partido seja completamente estranho à sociedade brasileira. Goza, apesar de tantos elementos em contrário, de relativo prestígio e influência, que decorrem não apenas do prestígio, mas, sobretudo de algumas palavras de ordem realmente mobilizadoras que traduziram os interesses das grandes massas brasileiras. Foi assim na luta contra o nazis-

Reavaliação Que se Impõe

mo, pelo envio da F.E.B., pela democratização em 1945, em defesa do petróleo e outras mais.

É justo convir, todavia, que uma linha dominante acarretando uma seqüência infundável de posições falsas, comprometeu profundamente nossas ligações com as grandes massas. Trata-se da deformada concepção do internacionalismo proletário e do patriotismo. Imensas camadas de nosso povo jamais poderiam compreender e aceitar a subordinação de seu amor à Pátria a uma absurda fidelidade sem limites à União Soviética. Os acontecimentos que hoje se desenrolam nas democracias populares são eloquentes e mostram de que lado estava a razão.

Partindo da tese de que o nacionalismo se opunha ao internacionalismo proletário, sem levar em conta as peculiaridades de nosso país, não fomos capazes de compreender o conteúdo progressista do nacionalismo brasileiro, fenômeno de longa data, a que com propriedade aludiu Nilo da Silveira Werneck em seu artigo. Hostilizamos até não mais poder setores nacionalistas que divergiam de nós nos métodos de luta patriótica. Não custa recordar opiniões injustas sobre algumas grandes figuras nacionalistas, tachadas até de «bagageiros de Wall Street».

E hoje reconhecida a existência de correntes poderosíssimas que anseiam e lutam até de armas na mão — vide 11 de novembro — pela independência nacional, mas recelam ombrear-se com os comunistas e alegam de nossa parte propósitos exagerados e exclusivistas. Estas correntes que na verdade estão em condições de oferecer as mãos a todos os brasileiros honrados e de fato o têm feito, podem reclamar dos comunistas uma autocrítica rigorosa.

Não podemos esquecer também a presença de vastos setores nacionais impregnados de entusiasmo pelo socialismo, sensíveis às tendências do mundo de hoje, que aspiram a um Brasil socialista, mas ainda não se dispõem a marchar com o Partido. Buscam caminhos próprios e independentes de nós.

Um insidioso processo de alheamento da realidade brasileira, afastava o Partido de suas raízes nacionais, em que pese os sentidos e veementes voos de patriotismo.

De comunistas brasileiros tornamo-nos meros «propagandistas» das realizações do socialismo. Vivendo para o que se passava

no mundo do socialismo ignorávamos os acontecimentos em nossa própria casa. Cada comunista era capaz de repelir de cór o plano quinquenal soviético sem contudo conhecer as mais sentidas questões de sua fábrica, bairro ou cidade.

Na suficiência de propagar os êxitos do socialismo, alguns deles bastante discutíveis e mais modestos do que propalávamos, depreciávamos os valores materiais, morais e culturais de nossa gente. Silenciávamos quando a F.N.M. já produzia caminhões, mas fazíamos um descomedido estardalhaço porque a China montava a sua primeira fábrica de bicicletas. E ridículo, mas é verdade.

Naturalmente, seria errado furtar-se à divulgação dos êxitos socialistas, porém mil vezes pior era a completa negação dos valores nacionais, legítimos patrimônios de nosso povo.

Passo a passo caminhávamos num sentido desnacionalizante.

Procuramos construir o nosso pequeno mundo à parte e nos julgávamos a única facção sã e pura da sociedade brasileira.

A reavaliação do papel do Partido precisa ser feita com a participação de todos os brasileiros que aspiram o progresso da Nação. O Partido, sua política, sua estrutura, seus métodos não podem depender da vontade de uma meia dúzia de cérebros iluminados. Pois estão em jogo interesses de milhões.

Esta primeira apreciação leva o sabor amargo de um lado da verdade caprichosamente encoberto. Ficaram de fora os aspectos positivos da atividade do Partido. Já são por demais conhecidos e exageradamente proclamados, até com certa impunidade.

Discriminação Inadmissível Contra o Capital Nacional

NECESSÁRIA A MODIFICAÇÃO DO REGIME INSTITUÍDO PELA PORTARIA 113 DA SUMOC

Numerosos industriais brasileiros queixam-se — e queixam-se justamente — contra o regime de privilégio concedido pela Instrução 113 da SUMOC aos capitalistas estrangeiros que desejam montar indústrias em nosso país. Por este regime, as empresas estrangeiras conseguem obter um câmbio privilegiado para a compra (ou transferência) de equipamentos, enquanto os capitalistas brasileiros, para a importação desses mesmos equipamentos, compram o dólar a uma taxa cambial de Cr\$ 58,00 (isto é, um ágio especial de Cr\$ 40,00 por dólar), quando não se vêem obrigados a adquiri-lo no câmbio livre (entre 70 e 80 cruzeiros, no máximo).

PRIVILÉGIO INADMISSÍVEL

Evidentemente, ninguém desconhece a importância que pode ter para o desenvolvimento da economia brasileira o capital estrangeiro, quando se integra efetivamente no país, e submetido ao controle dos interesses nacionais e vem acelerar sem caráter monopolista, o desenvolvimento de ramos industriais inexistentes ou fracamente desenvolvidos. Assim, não se pode ser contra, nas atuais condições do Brasil, a criação de uma empresa como a fábrica de caminhões Mercedes Benz, integrada por capitais alemães e brasileiros, e que se propõe à produção no país de veículos de que parecemos e pelos quais dependemos, anulamente, perto de 300 milhões de dólares.

Mas, o que não se pode admitir é que, mesmo para a montagem de semelhantes indústrias, o capital estrangeiro goze de um privilégio negado ao capital nacional. Esta discriminação favorece o deslocamento do capital nacional pelo capital estrangeiro numa série de empreendimentos industriais. Isto conduz a uma distorção no desenvolvimento da economia brasileira, que desejamos independente e criadora de riquezas em proveito de nosso povo.

CAPITAL BRASILEIRO FINANCIANDO CAPITAIS ESTRANGEIROS

Outro problema, de igual gravidade, refere-se à cobertura de empréstimos no exterior pelo governo em favor de empresas privadas e ao critério na concessão de financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O que se tem verificado, neste terreno, é a utilização de nosso crédito no exterior para garantia de empréstimos a empresas estrangeiras como a Light e a Bond and Share, ou mesmo a utilização dos recursos do BNDE (formados com o adicional do imposto sobre a renda) para o financiamento de empreendimentos de empresas norte-americanas e canadenses. Desta maneira transforma-se o que já é ou poderia ser capital brasileiro em capital estrangeiro que, apesar de alguns empreendimentos no país, atua como produtor de lucros crescentes para os acionistas do exterior.

REVISÃO IMEDIATA É NECESSÁRIA

É de notar, ainda, que nenhuma empresa de capital nacional (exceto as estatais) conseguiu ainda tais liberdades no que se refere a fi-

nanciamentos em bancos estrangeiros com endosso governamental. As próprias disponibilidades do BNDE têm-se destinado mais ao financiamento de grupos estrangeiros do que a empreendimentos de capitalistas brasileiros.

Tudo isto é profundamente contrário aos interesses do desenvolvimento independente da economia nacional e reclama uma séria revisão no regime de entrada dos capitais estrangeiros no Brasil. Não se trata de opor barreiras ao capital estrangeiro que venha a se integrar no país sem o exercício de monopólios inadmissíveis, sem concorrência prejudicial à indústria e sem possibilidade de controle em ramos básicos de nossa economia. Mas é urgente uma rigorosa seleção desses capitais e o estabelecimento de um regime de câmbio que não exclua o capital brasileiro dos empreendimentos a que se entregue o capital alienígena. É ainda necessário assegurar-se os financiamentos governamentais e o endosso governamental de empréstimos

no exterior unicamente às empresas nacionais (quer estatais quer empresas mistas ou particulares), pois se podemos financiar empresas estrangeiras é porque temos possibilidade de, com os nossos próprios recursos, emprendermos as obras que elas realizam. Finalmente, é uma questão que requer exame e solução adequada, a do regime de transferência dos lucros, de modo a garantir que os capitais estrangeiros investidos no país concorram, efetivamente, para a elevação da renda nacional e não para a transferência de parte crescente dela para o exterior.



O ARRENDATÁRIO Joaquim Santana, de Dracena, na Alta Paulista, que aparece na foto, com sua família, é um dos milhares de lavradores que os latifundiários estão expulsando das terras ou impedidos de plantar, por falta de recursos, no interior de São Paulo (ver, sobre o assunto, reportagem na 10ª página). Esses mesmos latifundiários tentam, agora, envolver os lavradores em uma luta "contra o confisco cambial", sem levar em conta que aos lavradores interessa, em primeiro lugar, terra e recursos para plantar

"Supressão do Confisco Cambial": Agitação Demagógica do Golpismo

AGITANDO a bandeira da "supressão do confisco cambial" o estado-maior do golpismo procura infiltrar-se nos meios rurais e utilizar os homens do campo para uma baderna subversiva contra o atual governo e as franquias constitucionais.

A reivindicação foi inicialmente formulada em federações rurais, como a FARESP, pelos exclusivos beneficiários de tal medida: os grandes fazendeiros que produzem para a exportação (os de café, principalmente) e os grandes exportadores de produtos agrícolas (entre os quais figuram poderosos trustes ianques, como a American Coffee, a Anderson Clayton, etc.). Logo, entretanto, foi utilizada pelos politiquês golpistas, pelos mais conhecidos agentes do entreguismo, como Otton Mäder (autor de projetos contra o monopólio estatal do petróleo), Carlos Lacerda, Herbert Levy e vários outros.

CAMPANHA DEMAGÓGICA

Para aliciar as massas rurais, a imprensa golpista e certos grupos de grandes fazendeiros passaram a mais deslavada demagogia, propagando que a supressão do "confisco cambial" possibilitaria, de imediato, o pagamento de melhores preços pelos produtos agrícolas e a me-

lhoria dos salários e das condições de vida dos trabalhadores rurais.

Com semelhantes promessas demagógicas foram realizadas concentrações de lavradores no município de Jacareizinho (Paraná) e, posteriormente, em Cornélio Procopio (Paraná) e Jaú (São Paulo). A concentração de Jaú compareceram, para marcar nitidamente seu caráter e seus objetivos, alguns dos mais conhecidos articuladores da nova trama golpista: Carlos Lacerda (que jamais em sua vida se interessou por qualquer das reivindicações dos trabalhadores rurais e dos lavradores), o banqueiro udenista Herbert Levy e o coronel Bizarria Mamede, que foi (e deve ser ainda) um dos «estrategistas» militares das maquinações para a instauração no Brasil de uma ditadura liberticida.

Por que esses corifeus do golpe, que jamais se voltaram para os problemas da lavoura, surgem de repente como defensores de uma reivindicação como a supressão do confisco cambial?

Em primeiro lugar, porque se trata de uma reivindicação que envolve problemas técnicos, e torna fácil à demagogia dizer sobre elas todas as barbaridades que lhe convenha. Em segundo lugar porque é uma reivindicação que, à primeira vista, pode seduzir os lavradores, pouco enfiados nos complexos problemas da política cambial. Em terceiro lugar, porque se trata de uma exigência que o governo não poderia atender, de nenhum modo, sem mergulhar o país no caos financeiro.

O que se denomina atualmente de «confisco cambial» é a diferença entre o que paga o governo ao exportador por cada dólar que este recebe com a venda de sua mercadoria e o preço desse dólar, vendido nos leilões de divisas. Por exemplo: o governo paga aos exportadores de café 40 cruzeiros por dólar que recebem (câmbio oficial mais uma bonificação) e vende esses dólares em leilão, distribuindo-os pelas diversas categorias. Daí obtém um lucro, que vem sendo até agora empregado para a cobertura de déficits, para as despesas governamentais no exterior, etc. Graças aos ágios é que as emissões de papel moeda, para a cobertura de déficits e despesas governamentais, não tem sido ainda maiores.

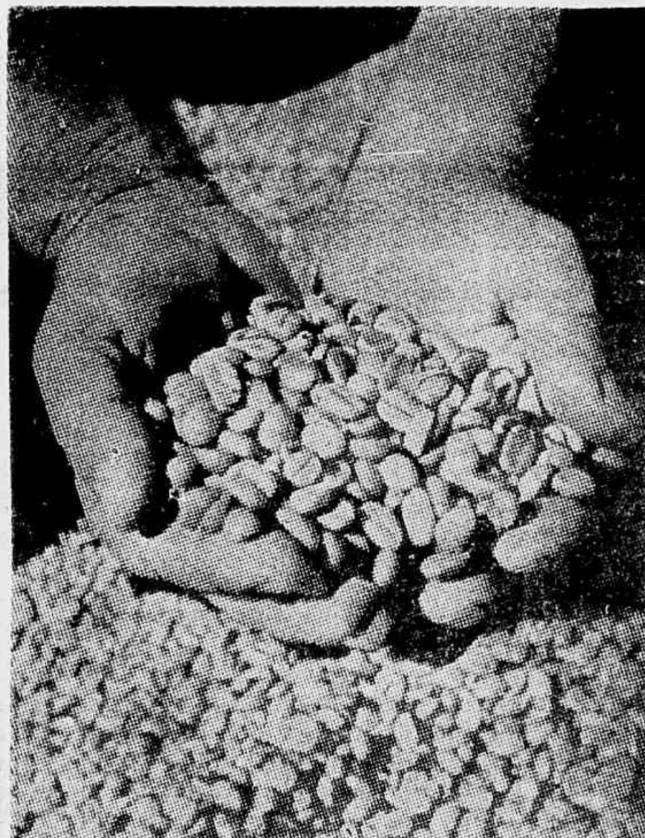
É de ver, portanto, que a supressão do «confisco cambial», nas atuais circunstâncias (quando o déficit orçamentário é de cerca de 32 bilhões de cruzeiros) representaria um verdadeiro desastre para as finanças públicas. Além disso, a supressão do confisco implicaria numa reforma cambial e esta, na situação inflacionária em que nos encontramos atualmente, teria como efeito a elevação imediata do custo da vida, já insuportável para as grandes massas populares. Ainda os mais ardorosos defensores de uma reforma cambial urgente, como o sr. Eugênio Gudin, por exemplo, reconhecem que esta medida determinaria, de imediato, a redução do poder de compra do cruzeiro (isto é, desvalorização da moeda) o que exigiria um reajustamento, em profundidade, de todos os vencimentos e salários, a fim de manter o atual poder aquisitivo (já muito baixo) das grandes massas trabalhadoras da cidade e do campo. Mas, este reajustamento não se processaria sem grandes resistências, o que traria, como consequência, ficarem os trabalhadores, por um período mais ou menos longo, com seu nível de vida reduzido.

Na realidade, apenas um setor limitado beneficiar-se-á com a supressão, agora, do «confisco cambial». Seriam os grandes fazendeiros que produzem para exportação (co-

mo os do café) e os grandes exportadores. Estes receberiam maior quantidade de cruzeiros por dólar apurado na venda de seus produtos no exterior. Mas disto não se beneficiariam nem os pequenos lavradores, mesmo os que plantam café, cacáu ou algodão, nem, muito menos, os trabalhadores rurais. Qualquer melhoria do preço em cruzeiros que se verificasse para esses produtos, em consequência da supressão do «confisco cambial», seria de imediato anulada (no que se refere aos pequenos e médios agricultores) pela alta geral dos preços das mercadorias, tanto as de consumo, como as empregadas na agricultura. Para os trabalhadores agrícolas, então, isto representaria, não melhores salários, mas simplesmente rebaixa do poder aquisitivo dos salários.

Não quer dizer que o atual sistema cambial seja o melhor. Será necessário reformá-lo. Mas, para tanto, medidas preliminares deverão ser adotadas, entre elas a supressão dos déficits astronômicos, o equilíbrio da balança comercial principalmente através da ampliação dos mercados e o combate decidido à inflação. Tais medidas reclamam um certo período de vigência, até que se criem condições para uma reforma cambial ditada pelos interesses do progresso econômico do país e não pelos interesses particulares dos poderosos grupos financeiros ianques ou dos grandes senhores de terras.

Torna-se necessário, diante da agitação desencadeada pelo golpismo nos meios rurais em torno do «confisco cambial» mostrar aos trabalhadores do campo o caráter demagógico e os objetivos desta agitação. Ao mesmo tempo é preciso desmascarar o súbito «interesse» do golpismo pelos trabalhadores rurais, através do levantamento de reivindicações concretas e a extensão da legislação trabalhista ao campo, o pagamento do salário mínimo e do repouso semanal, etc., reivindicações contra as quais se erguem furiosamente os pregoeiros da supressão do «confisco cambial».



A supressão do "confisco cambial" interessa, menos aos lavradores, que não exportam, do que aos grandes exportadores, principalmente às cias. americanas que vendem nosso café no exterior